



Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Grupo Casas Bahia S.A.

A
**DEDICAÇÃO
TOTAL**
NUNCA FOI TÃO FORTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Com Relatório do Auditor Independente

Sumário

Relatório da Administração.....	2
Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras	10
Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras.....	12
Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e <i>Compliance</i>	13
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	15
Balanco patrimonial ativo	21
Balanco patrimonial passivo	22
Demonstração do resultado	23
Demonstração do resultado abrangente.....	24
Demonstração dos fluxos de caixa	25
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	26
Demonstração do valor adicionado	27
1. Contexto operacional.....	28
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	29
3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados	30
4. Principais práticas contábeis	31
5. Caixa e equivalentes de caixa	37
6. Contas a receber	37
7. Estoques	40
8. Tributos a recuperar.....	41
9. Partes relacionadas	43
10. Investimentos.....	45
11. Imobilizado.....	47
12. Intangível	51
13. Fornecedores, fornecedores portal e fornecedores convênio	55
14. Empréstimos e financiamentos.....	56
15. Gerenciamento de riscos financeiros	59
16. Tributos a pagar.....	63
17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	63
18. Provisão para demandas judiciais	65
19. Operação de arrendamento mercantil.....	70
20. Receitas diferidas	74
21. Patrimônio líquido	75
22. Receita de venda de mercadorias e serviços.....	77
23. Despesas por natureza.....	79
24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.....	79
25. Resultado financeiro, líquido	80
26. Resultado por ação.....	80
27. Cobertura de seguros	81
28. Informações sobre os segmentos.....	82
29. Eventos subsequentes	82

Relatório da Administração**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Destaques 2023

O quarto trimestre de 2023 foi marcado por avanços importantes em nosso Plano de Transformação, que prioriza um fluxo de caixa livre mais robusto e a melhora do retorno sobre o capital investido, através de sinergias e privilegiando nossa atividade *core*. A evolução das iniciativas do Plano de Transformação em 2023, ocorreu dentro do cronograma e, após reestruturações necessárias durante o exercício, esperamos colher benefícios de maneira gradual ao longo de 2024, o que nos deixará em posição fortalecida para crescermos de maneira estrutural a partir de 2025.

Em 2023, a iniciativa com destaque foi a frente de redução de custos, com a simplificação nas estruturas da Companhia, que gerou uma redução de mais de 8 mil posições (incluindo uma redução de 42% nos cargos de alta liderança); redução da despesa com marketing; fechamento de 55 lojas detratoras de margem de contribuição e otimização de 4 CD's.

Na frente de custo de capital, destacamos o ajuste no plano de compras, a redução de estoque excedente (R\$ 1.221) e a redução do prazo de estocagem de 94 para 76 dias – nível recorde na Companhia, lembrando que o objetivo inicial era atingir um prazo abaixo de 90 dias.

Em 2023, lançamos a nova plataforma Casas Bahia Ads, que explora o conceito de *retail media* e contribui para o aumento de receita. Nessa plataforma o parceiro terá todo ecossistema do Grupo Casas Bahia à sua disposição, usufruindo de toda nossa omnicanalidade para utilizar o canal mais adequado para seu produto. Com toda autonomia pela plataforma, o parceiro monitora e otimiza suas campanhas, atingindo uma audiência qualificada e segmentada, o que conseqüentemente traz maior visibilidade e conversão.

O crediário é uma alavanca de vendas e rentabilidade da Companhia, e seu financiamento por meio de FIDC representa uma quebra de paradigma, dado décadas de seu modelo baseado em CDCI. O protocolo do regulamento do fundo foi realizado na CVM, conforme sinalizado no trimestre passado, e o processo está em andamento.

Ao fim de fevereiro de 2024, divulgamos o alongamento do perfil da dívida, no valor de R\$ 1.519 para um prazo de 3 anos – reforçando o entendimento e confiança das instituições financeiras sobre a evolução do Plano de Transformação. Assim, os vencimentos de curto prazo do endividamento bruto, que antes representavam 58,5% do endividamento, passam a representar 32,4% do total.

Apesar do curto período - considerando as mudanças na gestão, a concepção do Plano, sua divulgação no 2T23 e a implementação da maioria das iniciativas no segundo semestre de 2023 - estamos convictos que estamos no caminho certo para tornar o Grupo Casas Bahia cada vez mais perene, resiliente a cenários adversos e com uma liquidez robusta e sustentável para os próximos anos.

Resultado 2023

A Companhia espera capturar a integralidade dos ganhos do Plano de Transformação em 2024, mas seus efeitos em 2023 já podem ser observados, com destaque para a redução de 4,6% na despesa de pessoal, a redução nas perdas do crediário e, especialmente, a racionalização das despesas de marketing, essas representam uma melhora geral na contenção de despesas no período. A despesa financeira líquida totalizou R\$ 3.041, ainda refletindo o alto patamar da taxa de juros.

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estoques

Em 2023, o resultado do exercício está impactado pelas ações do Plano de Transformação, com isso acreditamos que o fluxo de caixa seja a melhor métrica para mensuração da nossa performance.

Durante esse ano a Companhia focou na redução dos estoques de menor giro e mais antigos, já que trazem maior custo de carregamento e possuem menor valor de venda mercantil pela defasagem tecnológica. A redução nos estoques acima de 90 dias foi de 63%, enquanto os estoques abaixo de 90 dias tiveram apenas 2% de diminuição, a fim de garantirmos um nível adequado de estoque recente, sem impacto em ruptura.

Conseqüentemente, o prazo médio de estocagem melhorou, saindo de 94 dias em 2022 para 76 dias em 2023, o menor patamar histórico já registrado na Companhia, inclusive superando o *target* inicial do Plano de Transformação de menos de 90 dias.

Ciclo financeiro e capex

Esse movimento suporta uma maior eficiência na gestão de capital da Companhia. Resultado disso, é uma melhoria gradual, trimestre a trimestre, na variação do ciclo financeiro, que encerrou o ano em (36) dias, uma melhoria de 11 dias comparado ao ano anterior.

O nível de investimento também reflete um momento de maior racionalidade e preservação de liquidez. Assim, o capex passa de R\$ 1.006 em 2022 para R\$ 386 em 2023, em razão do momento menos expansionista e do encerramento de projetos de *payback* longo que não são *core* para o que fazemos. Importante ressaltar que continuamos investindo em projetos essenciais, como infraestrutura e tecnologia para melhoria da experiência dos clientes nas plataformas da Companhia, aumento de conversão e sistemas que promovem maior eficiência operacional e produtividade.

Tributos e demandas judiciais

Há uma evolução gradual e ascendente no saldo líquido de tributos ao longo de 2023, isso reflete o esforço de homologação dos nossos direitos creditórios fiscais frente às secretarias de fazenda, a maior eficiência logístico-tributário na operação e, conseqüentemente, a diminuição do saldo de impostos a recuperar frente a maior eficiência na monetização.

Compensando esse efeito no caixa, os pagamentos de demandas judiciais somaram R\$ 1.228 em 2023, mesmo patamar do ano anterior. Esse montante reflete principalmente as ações trabalhistas de legado, com processos mais antigos e mais onerosos. Ressaltamos que o tema está sob controle, dentro do previsto, e que os processos e controles internos da Companhia foram revisitados, de maneira que temos tido maior êxito nas defesas das ações. A expectativa é reduzirmos esse passivo mais oneroso de legado ao longo de 2024, passando a ter uma melhor tendência para 2025.

Alavancagem e liquidez

Em 2023, o saldo de liquidez da Companhia foi impactado pela redução de limites de créditos, em consequência aos acontecimentos do mercado no início de 2023, além disso ao comparar a liquidez da Companhia de 2023 com 2022 deve-se levar em consideração o impacto da renovação da parceira de cartões *co-branded*, que ocorreu no 4T22 e impactou o caixa da Companhia em R\$ 1.750.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	2.573	2.019
Administradoras de cartões de crédito	273	3.426
Outras contas a receber e contas a receber B2B	733	708
Caixa e equivalentes de caixa (Gerencial)	3.579	6.153

Importante salientar, que estamos em *compliance* com os *covenants* financeiros e seguimos trabalhando para fortalecer a estrutura de capital da Companhia.

Relatório da Administração**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais mensagens 2023

No ano de 2023 demos passos importantes para construção de uma Companhia rentável e longeva. Revisitamos nossa estratégia para uma abordagem especialista, focando no que temos *expertise* e sabemos operar com rentabilidade. Mudamos a denominação social para Grupo Casas Bahia e resgatamos a cultura Dedicção Total a Você corroborando a mentalidade “*back to basics*” internamente e o reconhecimento de milhares de clientes.

Estruturamos e avançamos na execução do Plano de Transformação, que permitirá ganhos adicionais de R\$ 1.500 a R\$ 1.600 de LAIR em oportunidades já estruturadas e parcialmente implementadas para captura no curto prazo.

Trabalhamos na melhoria da estrutura de capital e lançamos o 1º FIDC do Grupo Casas Bahia, que permitirá o crescimento da carteira do Crediário Casas Bahia, diversificação de seu financiamento e liberação do limite bancário.

Encerramos o ano com R\$ 3.579 de posição de liquidez e ressaltamos, mais uma vez, o alongamento da dívida de curto e médio prazo e que temos uma posição de liquidez satisfatória para as exigências da Companhia.

Visão de curto prazo

Estamos focando primordialmente naquilo que depende do nosso trabalho, independente de fatores externos. O Plano de Transformação está sendo executado, com a realização de importantes ações que devem ter seus benefícios mais perceptíveis a cada trimestre.

Nossa receita refletirá o nosso posicionamento como um *player* especialista que não abre mão de rentabilidade e que manterá a predominância de *share* nas categorias *core*. Nossas margens devem ter melhorias graduais, voltando aos patamares históricos, refletindo a maior penetração de serviços, um mix adequado e a revisão das operações de B2B, B2C e *marketplace* com viés de maior rentabilidade. Devemos capturar em sua integralidade as iniciativas de redução de despesas implementadas no ano anterior, buscando novas eficiências e mantendo uma estrutura enxuta e sinérgica.

A mentalidade de todas as áreas e operações tem como principal foco a qualidade na gestão de caixa da Companhia, com eficiência de estoque e racionalidade nos investimentos. E devemos seguir com nossa eficiência tributária com impacto positivo em caixa e mantendo sob controle as demandas judiciais trabalhistas.

Estamos próximos, alinhados e temos o suporte das instituições parceiras, como evidenciado no alongamento do perfil da dívida de curto prazo já anunciado. E continuamos aperfeiçoando a estrutura de capital da Companhia, inclusive no modelo de financiamento do crediário.

Perspectivas 2025

Será um processo gradual de melhoria operacional, financeira e de estrutura de capital para que o Grupo Casas Bahia se torne referência em geração de valor e retorno do capital investido em 2025. Temos a ambição de ser o maior varejista especialista de eletrônicos e móveis do Brasil. Posição essa que só é alcançada, mantendo o status de líder nas categorias *core*, porém com crescimento de GMV e maior escala, com ganho de *market share* e explorando praças no canal físico ainda pouco penetradas atualmente.

Queremos oferecer uma jornada de compra omnicanal completa, descomplicada e customizada aos nossos clientes por meio de um portfólio completo de produtos *core*, oferta de serviços, excelência na venda assistida e utilizando toda nossa base de dados para auxiliar na conversão.

Visamos a geração de valor aos nossos *stakeholders* com uma operação eficiente, enxuta, que proporcione margens robustas para o setor e uma geração sustentável de caixa por meio de ativos de alto retorno. Isso tudo em um ambiente diverso, que valoriza as boas práticas de ESG no dia a dia e promove uma cultura de colaboração, alto desempenho, reconhecimento e crescimento baseados em meritocracia.

Estamos otimistas com o futuro, confiantes que estamos no caminho correto e com muita clareza da nossa meta. Aproveitamos para agradecer a todos os nossos clientes, colaboradores, fornecedores, instituições financeiras e demais *stakeholders*. Seguiremos com Dedicção Total a Vocês!

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

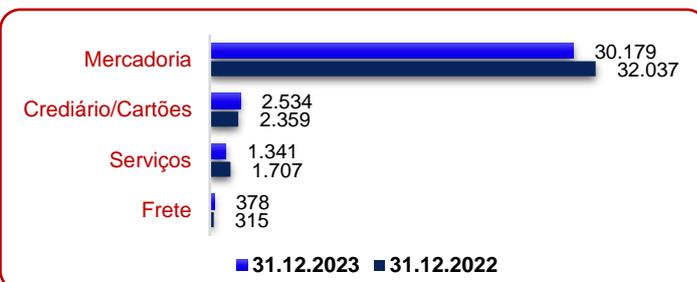
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destaques financeiros e operacionais

Receita bruta

Em 2023, a receita bruta consolidada registrou redução de 5,5% frente a 2022, a variação é explicada pela redução na receita das lojas físicas e no online, apesar do crescimento da receita de *marketplace*.

O desempenho da receita bruta em lojas físicas reflete um cenário mais restritivo de demanda, menor disponibilidade de crédito para o consumidor. Além disso é necessário levar em consideração a alta base de comparação para as lojas físicas por conta da Copa do Mundo em 2022.



A variação no online 1P se deve a redução de investimento no canal B2B e outras mídias (foram priorizadas parcerias mais rentáveis focando em resultado), a queda do mercado e ao cenário mais restritivo para compras online. Mesmo diante desse contexto, em 2023 a Companhia fortaleceu sua presença nas categorias *core*.

Em 2023, a Companhia procurou maior rentabilidade e melhor experiência para os clientes e *sellers*, através do maior número de serviços oferecidos em suas plataformas (como logística e crédito), o resultado disso foi um aumento de 18% na receita bruta do 3P.

	31.12.2023	31.12.2022
Lojas físicas	21.796	22.139
Online	12.636	14.279
1P	11.924	13.675
3P	712	604
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos por canal	34.432	36.418

Lucro bruto

	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional líquida	28.847	30.898
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(20.792)	(21.684)
Lucro bruto	8.055	9.214
Margem bruta	27,9%	29,8%

Durante o segundo semestre de 2023, o Lucro bruto da Companhia foi impactado pelo saldão, um efeito não recorrente, em linha com o Plano de Transformação (anunciado no 2T23). Após a conclusão do saldão a Companhia já observa recuperação da margem bruta na direção do histórico apresentado pela Companhia.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

	31.12.2023	31.12.2022
Despesas com vendas	(5.883)	(6.160)
Despesas gerais e administrativas	(1.181)	(936)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(7.064)	(7.096)

As despesas com vendas, gerais e administrativas em 2023 apresentaram redução de 0,5% e estabilidade em relação à ROL (24,5%).

A partir do Plano de Transformação, a Companhia priorizou a redução das despesas com pessoal, redução das perdas no crediário e contenção de despesas, especialmente a racionalização das despesas de marketing.

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Resultado líquido

	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social (LAIR)	(4.202)	(1.083)
% Receita líquida	-14,6%	-3,5%
Imposto de renda e contribuição social	1.577	741
Prejuízo líquido	(2.625)	(342)
% Margem líquida	-9,1%	-1,1%

Em 2023, o LAIR foi de R\$ 4.202, reflexo do desempenho do mercado e, também, de impactos não recorrentes ligados ao Plano de Transformação (reestruturação, otimização de quadro de pessoas e fechamento de lojas).

Ciclo financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
(+/-) Estoques	4.353	5.574
Dias estoques ¹	76	94
(+/-) Fornecedores de mercadorias e portal	6.379	7.119
Fornecedores convênio	1.765	2.463
Fornecedores de serviços	823	789
Dias Fornecedores total	112	119
Variação ciclo financeiro	36	25

(¹) Dias em CMV

Em 2023, a Companhia reduziu seu estoque em R\$ 1.221 (-18 dias de estoque), o principal impacto na variação refere-se à redução de estoques mais antigos, em linha com o no Plano de Transformação.

Estrutura de capital

	31.12.2023	31.12.2022
(+) Creditário Casas Bahia	5.355	5.523
(-) Repasse para instituições financeiras – CDCI	(5.383)	(5.665)
(=) Saldo líquido carnês - CDCI	(28)	(142)
(-) Empréstimos e financiamentos – Circulante (*)	(2.332)	(1.752)
(-) Empréstimos e financiamentos – Não circulante (*)	(1.651)	(2.385)
(=) Endividamento bruto	(3.983)	(4.137)
(+) Fornecedor convênio	(1.765)	(2.463)
(=) Saldo líquido CDCI + endividamento bruto + fornecedor convênio	(5.776)	(6.742)
(+) Caixa e aplicações financeiras	2.573	2.019
(+) Administradoras de cartões de crédito	273	3.426
(+) Outras contas a receber e contas a receber B2B	733	708
(=) Caixa e equivalentes de caixa (Gerencial)	3.579	6.153
Patrimônio líquido	3.454	5.284

(*) Não são considerados os saldos de Repasse para instituições financeiras – CDCI

O endividamento bruto da Companhia, para fins de *covenants* e entendimento de estrutura de capital, não considera Fornecedor convênio (nota explicativa nº 13) e Repasse para instituições financeiras – CDCI (nota explicativa nº 14).

No dia 29 de fevereiro de 2024, a Companhia comunicou o alongamento do perfil da dívida (vide nota explicativa nº 29) no valor de R\$ 1.519 com prazo de 3 anos com custo de CDI + 4% a.a. e carência de 18 meses, reforçando a confiança na Companhia e no Plano de Transformação.

Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Capex

	31.12.2023	31.12.2022
Logística	14	52
Novas lojas	9	180
Reforma de lojas	31	56
Tecnologia	329	654
Outros	3	64
Total	386	1.006

Recursos humanos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui um quadro com 37.958 colaboradores e índice de rotatividade de 30,3% (25,8% em 31 de dezembro de 2022).

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	46.052	51.242
Contratações	9.659	11.995
Desligamentos	(17.753)	(17.185)
Saldo no fim do exercício	37.958	46.052

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas 545.322 de horas em treinamento, o que representa cerca de 7 horas em média de desenvolvimento por colaborador.

Destaques ESG

Em 2023, o Grupo Casas Bahia integrou novamente as carteiras de importantes índices da B3: ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e ICO2 (Índice Carbono Eficiente), reforçando os compromissos ambientais, sociais e de governança. Seguem abaixo os principais destaques do ano (apresentados em unidades):

SLB (Sustainability Linked Bonds): Avanço na meta de energia renovável estabelecida na SLB (Sustainability Linked Bonds), adquirindo 67% de energia de fontes limpas e renováveis. Comprometimento de atingirmos 90% até 2025.

Programa de Reciclagem REVIVA: Destinou mais de 3.000 toneladas de resíduos para reciclagem, beneficiando 12 cooperativas parceiras. Com 593 coletores de eletroeletrônicos distribuídos nas lojas e operações do grupo, coletamos mais de 10 toneladas de eletroeletrônicos para descarte e reciclagem, com um aumento de mais de 200% se comparado com o mesmo período do ano anterior.

 **Social - Diversidade**

Sensibilização e Treinamento: Mais de 26.000 colaboradores formados no Curso de Diversidade EAD. Formação de 900 líderes de operação de loja em liderança inclusiva.

Pessoas com Deficiência: Programa Jornada Sem Barreiras, específico para os colaboradores com deficiência (5% do quadro), engajou 1.300 colaboradores ativos, 80% do público.

Raça – Equidade Racial: Crescimento da participação de negros no quadro de colaboradores: no quadro geral, saímos de 42% em 2022 para 45% em 2023 e na liderança (cargos gerenciais e acima), saímos de 30% para 34%. Meta de 45% de negros nos cargos de gerência e acima até 2025. Destaque para a Campanha Dedicção Total na Luta Antirracista, mais de 200.000 mil pessoas impactadas (público interno e externo).

Mulheres - Equidade de Gênero: Sustentação da participação de mulheres no quadro de colaboradores: 46% de mulheres no quadro geral e na liderança (cargos gerenciais e acima) 33%. Programa Mulheres Potência com destaque no treinamento de assédio.

LGBTQIAP+: Campanha #TenhoOrgulhoEMostrô, com reforço no combate a qualquer discriminação contra as pessoas LGBTQIAP+. Alcance de 9 milhões de views (público interno e externo).

Parceria - G10 Favelas e Favela Express: Com objetivo de ampliar as entregas em comunidades vulneráveis, em 2023 tivemos mais de 63 mil pedidos entregues pela startup Favela Express, representando um aumento de 17% em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

**Social - Fundação Casas Bahia**

Em 2023 a Fundação Casas Bahia investiu R\$ 3,7 milhões em projetos sociais, impactando mais de 40 mil pessoas.

Protagonismo Jovem: Mais de 10.000 jovens impactados; 5.869 jovens formados em parceria com Instituto PROA, sendo 44 contratados pela Companhia. Com a AFESU, apoiamos a formação de 55 meninas, por meio do Programa de Empregabilidade e Inserção Digital. Além disso, inauguramos o Laboratório de Informática da instituição, que beneficiou 250 alunas entre 08 e 24 anos.

Apoiamos o Instituto Vini Jr. com a construção de 02 CT Base (Centro de Treinamento), impactando 389 alunos e 45 professores. Contribuímos com a formação de 5.345 jovens e 44 professores, em parceria com a Viven.

Fomento ao Empreendedorismo: Formação de mulheres empreendedoras em parceria com o Instituto Dona de Si. Ao todo foram 268 mulheres no RJ e RS, sendo 67% autodeclaradas negras. O Programa AfroLab, parceria com o Instituto Feira Preta, contou com a formação de 204 empreendedores negros e indígenas; Engajamento Social: Na frente de voluntariado destacamos: Campanha Sul Solidário, com a arrecadação de mais de 7.000 peças de roupas; Feira de Profissões, que contou com 50 colaboradores voluntários, capacitando 488 jovens indicados pelas instituições AFESU, PROA, Viven e Aldeias Infantis; Campanha +Alegria no Natal, que beneficiou 523 pessoas apoiadas pela AFESU, Casa São Vicente de Paulo e Lar Mãos Pequenas, com a participação de 44 colaboradores voluntários no dia da entrega.

No eixo de ajuda humanitária, atendemos as situações de calamidade, com a doação de 1.500 produtos (colchões, cobertores e itens de limpeza e higiene pessoal) para as vítimas das chuvas do Litoral Norte de São Paulo; 300 colchões para as pessoas afetadas pela situação de calamidade do Rio Grande do Sul, em decorrência das fortes chuvas; além de 900 cestas básicas para famílias de Manaus (AM), Porto Alegre (RS) e de Itajaí (SC).

**Governança**

Em 2023, a Companhia continuou mantendo especial foco nos temas de Ética e Integridade. Revisitou e atualizou os treinamentos disponibilizados sobre temas como Assédio Moral e Sexual, Discriminação, Anticorrupção e outros temas relacionados ao Código de Conduta Ética, mantendo elevado patamar de adesão. Além disso, foram realizados encontros e discussões presenciais e à distância sobre as mesmas temáticas com a liderança de todas as lojas e com as áreas corporativas.

Investimentos em coligadas e controladas

A Companhia faz parte de um grupo econômico do qual participam 17 (dezesete) sociedades controladas (participação direta e indireta) e 3 (três) sociedades coligadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a companhia não realizou investimentos em aquisição de participação societária.

Política de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido anual, ajustado em 5% representando a constituição de reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não haverá distribuição de dividendos, uma vez que a Companhia não atingiu o requisito para distribuição de dividendos.

Relatório da Administração**Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição acionária

	Quantidade de ações (em milhares)	
	31.12.2023	31.12.2022 (*)
<i>Goldentree</i> Fundo de Investimentos em Ações	7.462	4.965
<i>Twinsf</i> Fundo de Investimento Multimercado CP	6.604	4.804
<i>EK-VV Limited</i>	3.279	3.279
Michael Klein	1.603	1.603
<i>BlackRock</i>	246	3.198
Outros	75.669	45.365
Ações em tesouraria	220	724
	95.083	63.938

(*) Em função do grupamento de ações ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para melhor comparabilidade, os saldos anteriores de quantidade de ações foram agrupados na proporção de 25:1, para mais detalhes vide nota explicativa nº 21.1.

Grupamento de ações

Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia sem alteração no capital social, para mais detalhes vide nota explicativa nº 21.1.

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia"), em conformidade com o artigo 27 §1º Inciso V da Resolução 80/2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a sua conclusão nesta data.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Renato Horta Franklin

Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme

Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores

Elcio Mitsuhiro Ito

Vice-Presidente Financeiro

Tiago Celso Abate

Diretor Executivo de Soluções Financeiras

**Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Os Diretores do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”), em conformidade como artigo 27 §1º Inciso V da Resolução 80/2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a sua divulgação nesta data.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Renato Horta Franklin
Diretor Presidente

Sérgio Augusto França Leme
Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores

Elcio Mitsuhiro Ito
Vice-Presidente Financeiro

Tiago Celso Abate
Diretor Executivo de Soluções Financeiras

Parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras

O Conselho Fiscal do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., datado de 25 de março de 2024, opinam favoravelmente que os referidos documentos, em todos os aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia a ser convocada, nos termos da Lei no 6.404/76.

São Paulo, 25 de março de 2024.

Magali Rogéria de Moura Leite
Presidente

Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior
Membro

Susana Hanna Stiphan Jabra
Membro

Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance

Aos Srs. Membros do Conselho de Administração do Grupo Casas Bahia S.A. ("Companhia")

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia ("Comitê") é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, principalmente pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 23/2021, conforme alterada, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno.

O Comitê foi instalado na reunião do Conselho de Administração de 24 de outubro de 2018, quando da migração da Companhia para o segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, denominado Novo Mercado, sendo atualmente composto por 3 (três) membros.

Em 06 de março de 2023 o Sr. Marcel Cecchi Vieira, membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, encaminhou comunicação acerca de sua renúncia aos cargos ocupados na Companhia, por motivos pessoais.

Sendo assim, foi aprovada a nova composição do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, passando o Sr. Rogério Paulo Calderón Peres ao cargo de coordenador, mantendo Srs. Luiz Carlos Nannini como membro e eleição do Sr. André Coji, como membro do Comitê. O mandato dos referidos membros vigorará até agosto de 2024.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com independência em relação à Diretoria. As suas competências e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Nos termos do Regimento Interno do Comitê, as reuniões ordinárias de tal órgão devem ser realizadas, no mínimo, bimestralmente. O Comitê reuniu-se 12 (doze) vezes no período de janeiro de 2023 a março de 2024.

Todos os assuntos, orientações, discussões, recomendações e pareceres do Comitê foram consignados em atas de reuniões, as quais são assinadas pelos membros presentes do Comitê e permanecem arquivadas na sede da Companhia e também na plataforma utilizada pela área de Governança Corporativa da Companhia.

As principais atividades realizadas pelo Comitê no período de janeiro de 2023 a março de 2024 foram:

- (a) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (DF2022);
- (b) Avaliação e recomendação acerca da renovação do contrato com os Auditores Independentes (E&Y), para o exercício de 2023;
- (c) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes às revisões trimestrais de março, junho e setembro de 2023;
- (d) Análise e recomendação acerca das informações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2023 (4T23);
- (e) Acompanhamento do plano de trabalho da Auditoria Externa da Companhia referente ao exercício social de 2023;
- (f) Acompanhamento dos trabalhos e plano anual da Auditoria Interna durante o exercício social de 2023;
- (g) Análise de recomendação acerca da atualização da Política Corporativa de Auditoria Interna da Companhia pela área de Auditoria Interna;
- (h) Definição da contratação de Auditoria Interna para o banQi Instituição de Pagamento Ltda.;
- (i) Análise de apresentação do Plano de Trabalho da Auditoria da KPMG Assessores Ltda. para o banQi;
- (j) Análise e aprovação do Plano de Trabalho da Auditoria Interna anual de 2024;

**Relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

- (k) Acompanhamento das ações conduzidas pela área de Tecnologia, relativos a Segurança da Informação e Cyber Segurança da Cia;
- (l) Revisão do Formulário de Referência exercício 2022;
- (m) Acompanhamento dos trabalhos conduzidos pela área de Controles Internos Riscos e *Compliance* durante o exercício social de 2023, incluindo, mas não se limitando aos resultados do Canal de Denúncias e Mapas de Riscos;
- (n) Acompanhamento dos indicadores de Canal de Denúncia: principais volumetrias, temáticas, desfechos e informações gerenciais das alegações (unidade de negócio, região etc.);
- (o) Carta Comentário dos Auditores Independentes (EY) – apontamentos, recorrência dos temas e planos de ação;
- (p) Acompanhamento sobre o Programa de Integridade, incluindo plano de trabalho, dados sobre ações preventivas e métricas relevantes;
- (q) Informações gerais sobre as monitorias aplicadas à Plataforma de Marketplace;
- (r) Visão geral da evolução dos documentos corporativos e submissão de Políticas Corporativas, relevantes incluindo (a) Programa de Integridade e (b) Diretrizes Tributárias; e
- (s) Análise e recomendação acerca do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (“DFs 2023”).

3. CONCLUSÕES

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê quanto ao fechamento das Demonstrações Financeiras, em especial decorrente das informações prestadas pela Companhia, seus Auditores Independentes, os membros do Comitê manifestam que não encontraram objeção no encaminhamento dos referidos documentos para a devida apreciação pelo Conselho de Administração da Companhia, com a posterior recomendação de aprovação aos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 22 de março de 2024.

Rogério Paulo Calderón Peres
Coordenador

Luiz Carlos Nannini
Membro

André Coji
Membro

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas do
Grupo Casas Bahia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Casas Bahia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Chamamos a atenção para a nota explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a projeção de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, reconhecidos até 31 de dezembro de 2023, com base em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias no montante de R\$ 4.764 milhões na controladora e R\$ 5.105 milhões no consolidado. A realização deste ativo depende da geração futura de lucros tributáveis suficientes para que os prejuízos fiscais e bases negativas possam ser utilizados. Há uma incerteza relacionada ao prazo de realização dos lucros tributáveis futuros e conseqüentemente ao prazo de realização deste ativo. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando-se do pressuposto da continuidade operacional, tendo como premissa o fato de que a Companhia e suas controladas estão em atividade e irão se manter em operação por um futuro previsível de ao menos 12 meses, a partir da data das demonstrações financeiras. Essa premissa leva em consideração o pressuposto de que a diretoria não pretende liquidar a entidade ou interromper as operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista além dessas. A nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas detalha como a diretoria da Companhia concluiu que há uma expectativa quanto a sua continuidade operacional, para suportar a preparação das demonstrações financeiras com o uso deste pressuposto.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, prejuízo no exercício e prejuízos acumulados, além de possuir dívidas onerosas registradas no passivo circulante. Adicionalmente, nessa data a Companhia apresenta outros indicativos de *impairment* em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em razão do alto grau de julgamento relacionado a premissa base dessa avaliação de continuidade operacional, especificamente associada à determinação das projeções de fluxo de caixa futuro, e do impacto que qualquer mudança significativa nessas premissas poderia ter na avaliação do pressuposto de continuidade operacional, e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: (i) obtenção e análise da avaliação financeira preparada pela Companhia e da avaliação das projeções de fluxos de caixa preparadas pela Companhia para os próximos 12 meses, a partir da data do balanço; (ii) avaliação das premissas utilizadas na determinação das projeções de fluxos de caixa, considerando resultados realizados, dados externos e condições de mercado, bem como a consistência das projeções efetuadas comparadas com o realizado para os últimos anos; (iii) leitura dos termos contratuais de debêntures, considerando potencial violação relevante ou novos termos e condições, como também das atas de reuniões de acionistas, dos responsáveis pela governança e de comitês relevantes; (iv) avaliação dos eventos subsequentes com os acordos sobre prorrogações das dívidas onerosas vincendas em 2024; e (v) avaliação das divulgações da Companhia, incluídas na nota explicativa nº 1, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o pressuposto de continuidade operacional, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Conforme divulgado na nota Explicativa nº 17, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos líquido no montante de R\$ R\$ 4.764 milhões na controladora e R\$ 5.105 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2023, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros, elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e pelo conselho de administração. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis, que são afetadas pela expectativa futura de mercado e condições econômicas, que não estão sob o controle da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) análise da base fiscal que dá origem ao imposto de renda e contribuição social diferidos; (ii) comparação da assertividade de projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (iii) envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos sobre a renda para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizada pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de lucros tributáveis futuros, incluindo o prazo estimado de realização, a taxa de crescimento da receita e margem anual; (iv) com auxílio de especialistas em projeções financeiras, realizamos análise da consistência aritmética e recálculo às projeções, e comparamos os dados das projeções com dados de fontes externas disponíveis; (v) avaliação da adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa nº 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração da provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para demandas trabalhistas, cíveis e tributárias totalizou R\$ 2.342 milhões na controladora e R\$ 2.464 milhões no consolidado, conforme divulgado na nota explicativa 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas, cíveis e tributárias.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também apresentam outras demandas relacionadas com discussões trabalhistas, cíveis e tributárias que não estão provisionadas e perfazem o montante de R\$ 9.044 milhões nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, as quais devido à avaliação por parte da diretoria e suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, o prognóstico é de perda possível.

A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão e a aplicação adequada e consistente do julgamento durante os exercícios apresentados; (ii) análise da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia; (iii) obtenção de confirmações externas dos assessores da Companhia sobre o estágio atual e classificação de riscos de ações judiciais e processos administrativos; (iv) envolvimento de nossos especialistas das áreas de impostos e de assuntos controversos, na análise das probabilidades de perda das disputas judiciais nos âmbitos tributários, trabalhistas e cíveis, e do modelo de cálculo adotado pela Companhia para constituição da provisão; e (v) avaliação da adequação das divulgações da Companhia em notas explicativas às demonstrações financeiras, em relação ao assunto.

Como resultado destes procedimentos, identificamos ajustes de auditoria indicando a necessidade de complemento da provisão para contingências tributárias, sendo parte do ajuste registrado tendo em vista sua materialidade e parte do montante do ajuste não registrado pela diretoria tendo em vista sua imaterialidade, sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas para constituição das provisões para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e tributárias, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Julio Braga Pinto
Contador CRC SP-209957/O

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023
 Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos					
Circulantes					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.525	1.717	2.573	2.019
Contas a receber	6	3.351	6.537	3.588	6.595
Estoques	7	4.325	5.533	4.353	5.574
Tributos a recuperar	8	1.629	1.815	1.663	1.827
Partes relacionadas	9	500	523	268	299
Despesas antecipadas		237	217	247	231
Outros ativos	6 (f)	569	523	658	578
Total dos ativos circulantes		13.136	16.865	13.350	17.123
Não circulantes					
Contas a receber	6	432	764	432	764
Tributos a recuperar	8	4.044	4.770	4.189	4.910
Tributos diferidos	17 (c)	4.764	3.319	5.125	3.635
Partes relacionadas	9	126	134	170	184
Depósitos judiciais	18 (e)	1.150	908	1.167	925
Instrumentos financeiros	15 (b)	-	-	11	10
Outros ativos	6 (f)	459	500	460	501
Investimentos	10	2.024	1.999	298	265
Imobilizado	11	1.400	1.650	1.478	1.737
Intangível	12	1.715	1.599	2.755	2.704
Ativo de direito de uso	19	2.536	2.789	2.561	2.816
Total dos ativos não circulantes		18.650	18.432	18.646	18.451
Total dos ativos		31.786	35.297	31.996	35.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2023
 Em milhões de reais

Passivos	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Circulantes					
Fornecedores	13	7.080	7.110	7.202	7.251
Fornecedores portal	13	-	657	-	657
Fornecedores risco sacado (convênio)	13	1.765	2.463	1.765	2.463
Empréstimos e financiamentos	14	6.795	6.373	6.795	6.373
Tributos a pagar	16	496	227	517	255
Obrigações sociais e trabalhistas		371	357	448	440
Receitas diferidas	20	229	190	244	201
Partes relacionadas	9	410	332	3	20
Repasse a terceiros	15 (b)	566	560	637	648
Passivo de arrendamento	19	601	641	606	645
Outros passivos		560	779	612	797
Total dos passivos circulantes		18.873	19.689	18.829	19.750
Não circulantes					
Empréstimos e financiamentos	14	2.164	3.005	2.164	3.005
Receitas diferidas	20	2.083	2.165	2.150	2.228
Provisão para demandas judiciais	18	2.342	2.107	2.464	2.188
Tributos a pagar	16	25	19	26	20
Tributos diferidos	17 (c)	-	-	20	34
Partes relacionadas	9	2	2	-	-
Passivo de arrendamento	19	2.842	3.016	2.877	3.054
Outros passivos		1	10	12	11
Total dos passivos não circulantes		9.459	10.324	9.713	10.540
Total dos passivos		28.332	30.013	28.542	30.290
Patrimônio líquido					
Capital social	21	5.340	5.044	5.340	5.044
Transações de capital		(1.232)	(1.232)	(1.232)	(1.232)
Reservas de capital		2.640	2.361	2.640	2.361
Ações em tesouraria		(22)	(74)	(22)	(74)
Prejuízos acumulados		(3.264)	(639)	(3.264)	(639)
Outros resultados abrangentes		(8)	(176)	(8)	(176)
Total do patrimônio líquido		3.454	5.284	3.454	5.284
Total dos passivos e patrimônio líquido		31.786	35.297	31.996	35.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022 reapresentado
Receita de venda de mercadorias e serviços	22	28.702	30.780	28.847	30.898
Custo de mercadorias e serviços vendidos	23	(20.154)	(21.010)	(20.792)	(21.684)
Lucro bruto		8.548	9.770	8.055	9.214
Despesas com vendas	23	(6.018)	(6.216)	(5.883)	(6.160)
Despesas gerais e administrativas	23	(1.302)	(1.057)	(1.181)	(936)
Depreciações e amortizações	11, 12 e 19	(911)	(875)	(940)	(895)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(1.150)	(129)	(1.262)	(102)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		(833)	1.493	(1.211)	1.121
Resultado financeiro, líquido	25	(3.053)	(2.286)	(3.041)	(2.244)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(259)	(149)	50	40
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.145)	(942)	(4.202)	(1.083)
Imposto de renda e contribuição social	17	1.520	600	1.577	741
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia		(2.625)	(342)	(2.625)	(342)
Resultado do período por ação (Reais por ação)	26				
Básico					
Ordinárias		(36,09253)	(5,40726)		
Diluído					
Ordinárias		(36,09253)	(5,40726)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(2.625)	(342)	(2.625)	(342)
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Valor justo de instrumentos financeiros	255	(20)	255	(20)
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	(87)	7	(87)	7
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em investidas	-	4	-	-
Ajustes de conversão do período	-	-	-	4
Resultado abrangente do período atribuível aos acionistas da Companhia	(2.457)	(351)	(2.457)	(351)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo líquido do exercício		(2.625)	(342)	(2.625)	(342)
Ajustes em					
Depreciação e amortização	11, 12 e 19	1.102	1.090	1.139	1.118
Equivalência patrimonial	10	259	149	(50)	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(1.523)	(599)	(1.583)	(754)
Juros e variações monetárias, não realizados		1.921	1.496	1.937	1.517
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, líquidas de reversões		1.101	602	1.150	615
Provisões para demandas judiciais outras, líquidas de reversões		256	105	255	109
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	6 (c)	1.132	1.044	1.180	1.085
Perda com alienação de ativo imobilizado e intangível	24	38	(24)	129	(38)
Perda estimada do valor recuperável líquido dos estoques	7	136	19	140	19
Receita diferida reconhecida no resultado		(161)	(237)	(160)	(238)
Remuneração baseada em ações		17	56	20	59
Baixa de direito de uso e passivo de arrendamento	19	(9)	(57)	(9)	(58)
Outros		255	15	258	15
Lucro líquido do período ajustado		<u>1.899</u>	<u>3.317</u>	<u>1.781</u>	<u>3.067</u>
Variações no capital circulante					
Contas a receber		2.675	(859)	2.448	(910)
Estoques		1.072	1.547	1.088	1.563
Tributos a recuperar		1.054	(59)	1.026	(97)
Partes relacionadas		18	134	(61)	(59)
Tributos diferidos		(2)	-	1	-
Depósitos judiciais		(156)	(61)	(156)	(58)
Despesas antecipadas		(20)	(37)	(16)	(40)
Outros ativos		(14)	(292)	(48)	(295)
Fornecedores	13	89	834	70	826
Fornecedores portal	13	(657)	(675)	(657)	(675)
Tributos a pagar		275	-	271	23
Obrigações sociais e trabalhistas		14	(204)	8	(142)
Repasse a terceiros		(247)	62	(264)	72
Receita diferida		(97)	1.396	(97)	1.396
Demandas judiciais - Trabalhistas	18	(1.124)	(1.152)	(1.148)	(1.176)
Demandas judiciais - Outras	18	(74)	(69)	(80)	(69)
Outros passivos		(184)	(305)	(156)	(336)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(3)	(11)
Dividendos recebidos de investidas	10	15	2	17	-
Varição nos ativos e passivos operacionais		<u>2.637</u>	<u>262</u>	<u>2.243</u>	<u>12</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>4.536</u>	<u>3.579</u>	<u>4.024</u>	<u>3.079</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	(479)	(972)	(506)	(1.008)
Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	3	75	-	98
Instrumentos financeiros		-	-	1	-
Aquisição de controlada, líquida de caixa adquirido		-	-	-	(18)
Aumento de capital em subsidiária	10	-	(73)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em subsidiária	10	(296)	(601)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(772)</u>	<u>(1.571)</u>	<u>(505)</u>	<u>(928)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Captações	14	8.790	7.803	8.790	7.803
Pagamento de principal	14	(9.169)	(8.147)	(9.169)	(8.164)
Pagamento de juros	14	(1.426)	(912)	(1.426)	(912)
Pagamentos de principal - arrendamento mercantil	19	(601)	(698)	(605)	(702)
Pagamentos de juros - arrendamento mercantil	19	(454)	(430)	(459)	(435)
Recursos provenientes da emissão de ações	19	622	-	622	-
Pagamento de gastos com emissão de ações		(20)	-	(20)	-
Fornecedores risco sacado (convênio)	13	(698)	559	(698)	559
Aquisição de ações em tesouraria, líquida de alienação	21.2	-	(62)	-	(62)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(2.956)</u>	<u>(1.887)</u>	<u>(2.965)</u>	<u>(1.913)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		<u>808</u>	<u>121</u>	<u>554</u>	<u>238</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	1.717	1.596	2.019	1.781
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	<u>2.525</u>	<u>1.717</u>	<u>2.573</u>	<u>2.019</u>
Informações complementares de itens que não afetaram caixa					
Aquisição de imobilizado e intangível por meio de financiamento	11 e 12	81	194	81	194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais

Atribuível aos acionistas da Companhia

Notas	Reservas de capital									Total
	Capital social	Transações de capital	Especial de ágio	Ágio na subscrição de ações	Incentivos fiscais	Opções outorgadas	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.044	(1.232)	279	1.811	8	202	(11)	(297)	(167)	5.637
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(342)	-	(342)
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(20)	(20)
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Ajustes de conversão do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Opções outorgadas reconhecidas	21.4 (c)	-	-	-	-	61	-	-	-	61
Ações em tesouraria adquiridas	21.2	-	-	-	-	-	(62)	-	-	(62)
Ações em tesouraria entregues em planos de ações		-	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.044	(1.232)	279	1.811	8	263	(74)	(639)	(176)	5.284
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.625)	-	(2.625)
Aumento de Capital	21.1	311	-	-	-	-	-	-	-	311
Custo na emissão de ações	21.1	(15)	-	-	-	-	-	-	-	(15)
Ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	255	255
Tributos sobre ajustes de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	(87)	(87)
Ações em tesouraria entregues em planos de ações	-	-	-	-	-	(52)	52	-	-	-
Opções outorgadas reconhecidas	21.4 (c)	-	-	-	-	20	-	-	-	20
Ágio na subscrição de ações	21.4 (b)	-	-	311	-	-	-	-	-	311
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.340	(1.232)	279	2.122	8	231	(22)	(3.264)	(8)	3.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstração do valor adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		33.077	35.275	33.255	35.433
Venda de mercadorias e serviços	22	34.207	36.240	34.432	36.418
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	6	(1.132)	(1.044)	(1.180)	(1.085)
Outras receitas		2	79	3	100
Insumos adquiridos de terceiros		(28.308)	(28.787)	(28.003)	(28.603)
Custo de mercadorias e serviços vendidos		(22.985)	(23.856)	(22.715)	(23.683)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(5.216)	(4.938)	(5.158)	(4.893)
Recuperação (perda) de valores ativos		(155)	(37)	(177)	(71)
Outros		48	44	47	44
Valor adicionado bruto		4.769	6.488	5.252	6.830
Depreciações e amortizações	11, 12 e 19	(1.102)	(1.090)	(1.139)	(1.118)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		3.667	5.398	4.113	5.712
Valor adicionado recebido em transferência		80	412	426	674
Resultado de equivalência patrimonial	10	(259)	(149)	50	40
Receitas financeiras	25	339	561	376	634
Valor adicionado total a distribuir		3.747	5.810	4.539	6.386
Distribuição do valor adicionado		3.747	5.810	4.539	6.386
Pessoal		3.245	2.778	3.946	3.288
Remuneração direta		1.604	1.746	2.149	2.174
Benefícios		236	275	282	304
FGTS		186	157	237	196
Demandas judiciais trabalhistas		1.201	576	1.234	568
Outras despesas com pessoal		18	24	44	46
Impostos, taxas e contribuições		(360)	448	(300)	474
Federais		(1.089)	(94)	(1.045)	(118)
Estaduais		627	442	625	480
Municipais		102	100	120	112
Remuneração de capital de terceiros		3.487	2.926	3.518	2.966
Juros	25	3.392	2.847	3.417	2.878
Aluguéis		84	70	86	72
Outros		11	9	15	16
Remuneração de capitais próprios		(2.625)	(342)	(2.625)	(342)
Prejuízo líquido do exercício		(2.625)	(342)	(2.625)	(342)
Valor adicionado total distribuído		3.747	5.810	4.539	6.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

Em 12 de setembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a alteração da denominação social da Companhia para Grupo Casas Bahia S.A.

O Grupo Casas Bahia S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Grupo Casas Bahia”), listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código BHIA3, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo – Brasil e listada no *OTC Markets* (“OTC”) sob o código VIAYY (através de ADRs) negociadas no mercado norte-americano.

O Grupo Casas Bahia S.A. é um varejista omnicanal de alcance nacional no Brasil, servindo a milhões de consumidores em suas lojas físicas e *e-commerce* (1P e *marketplace*), por meio das marcas Casas Bahia, Ponto, Extra.com.

As soluções financeiras do Grupo Casas Bahia atendem milhões de clientes através de seu próprio modelo de crediário (*buy now, pay later*), e seu *marketplace* com mais de 163 mil parceiros (*sellers*) e mais de 76 SKUs, oferecendo soluções e serviços, como o *fulfillment*, utilizando a rede logística de operação nacional da Companhia.

Como parte do processo de elaboração das demonstrações financeiras a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. A Companhia ressalta ainda que continua implementando o Plano de Transformação de suas operações. Este plano vislumbra mudanças estratégicas com foco na estabilização da operação, priorização da geração de caixa e melhoria da rentabilidade da Companhia, conforme fato relevante divulgado em 10 de agosto de 2023. A execução do plano de transformação tem ocorrido conforme a expectativa inicial.

Destacamos a seguir algumas das iniciativas que se encontram em curso e que Administração entende que contribuirão para a rentabilidade do negócio:

- Implantação do processo de biometria digital permitindo gerando assim uma redução significativa as fraudes com consequente aumento de rentabilidade no crediário.
- Aumento da penetração e rentabilização de crediário e serviços adicionais
- Migração de categorias menos rentáveis e/o negativas do 1P para venda exclusiva no 3P
- Melhorias na produtividade de CDs e readequação de *footprint* alugado conforme as reduções de estoque.
- Revisão de *overhead* corporativo e de loja, buscando níveis ótimos de eficiência

Além das alavancas operacionais, a Companhia tem focado na liquidez e gestão do endividamento.

Em 10 de outubro de 2023, a Companhia firmou contratos de Cédulas de Crédito Bancário (CCB), no valor de R\$400.

E no final de fevereiro de 2024, a Companhia divulgou o alongamento do perfil da dívida, no valor de R\$ 1.519 para um prazo de 3 anos, dessa forma os vencimentos de curto prazo representarão 32,4% do total, para mais detalhes vide nota explicativa nº 29.

Redução dos estoques de R\$5.533 em 2022 para R\$4.325 em 2023, focado nos produtos mais antigos e melhorando a qualidade dos estoques como um todo. Esta iniciativa reduz a necessidade de capital de giro, melhorando assim suas disponibilidades.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros e remuneração baseada em ações mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Declaração de conformidade

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024.

2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos e passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração da Companhia utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, estimativas e premissas referentes principalmente as perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros. O resultado efetivo das transações e informações podem divergir dessas estimativas.

2.6. Reclassificação na demonstração do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia identificou que as despesas de pessoal diretamente atribuíveis aos custos dos serviços prestados pela *Asap Logística* e pela *CB Tecnologia* estavam classificadas como “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”, essas despesas foram reclassificadas para o “Custo de mercadorias e serviços vendidos”.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para fins de comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as reclassificações acima descritas na Demonstração do resultado consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. A seguir são apresentados os efeitos das reclassificações:

	Consolidado em 31.12.2022		
	Originalmente apresentado	Reclassi- ficações	Reapresentado
Receita de venda de mercadorias e serviços	30.898	-	30.898
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(21.308)	(376)	(21.684)
Lucro bruto	9.590	(376)	9.214
Despesas com vendas	(6.340)	180	(6.160)
Despesas gerais e administrativas	(1.132)	196	(936)
Depreciações e amortizações	(895)	-	(895)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102)	-	(102)
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	1.121	-	1.121
Resultado financeiro, líquido	(2.244)	-	(2.244)
Resultado de equivalência patrimonial	40	-	40
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.083)	-	(1.083)
Imposto de renda e contribuição social	741	-	741
Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(342)	-	(342)

3. Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2024 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas:

- Alteração da norma IFRS 16 – Passivos de arrendamento mercantil em uma operação de *Sales Leaseback*. Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com *Covenants*. Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Alteração da norma IAS7/CPC3: Divulgações - Acordos de financiamento de fornecedores. Estabelece requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2024. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

- Emissão da norma IFRS S1: Divulgações Gerais - Estabelece os requisitos gerais para uma empresa divulgar informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do *International Sustainability Standards Board* ("ISSB"), a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Podendo também ser adotada em caráter voluntário a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 01/01/2024. A Companhia está avaliando os impactos que essa norma terá em suas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Emissão da norma IFRS S2: Divulgações relacionadas ao clima - Estabelece os requisitos para as empresas divulgarem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados com o clima. Essa norma prevê a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base nas normas do ISSB, a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Podendo também ser adotada em caráter voluntário a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 01/01/2024. A Companhia está avaliando os impactos que essa norma terá em suas demonstrações financeiras.

- Alterações ao IAS 12: Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

4. Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando informações do Grupo Casas Bahia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas e práticas contábeis consistentes.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

a) Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Controladas	31.12.2023		31.12.2022	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (“Bartira”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. (“GAS”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. (“Lake”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Asap Log Logística e Soluções Ltda. (“Asap Logística”)	100,00%	-	99,99%	0,01%
Globex Administradora de Consórcios Ltda. (“GAC”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (“Cnova”)	100,00%	-	100,00%	-
Asap Log Ltda. (“Asap Log”)	-	100,00%	-	100,00%
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. (“BanQi”)	-	100,00%	-	100,00%
I9XP Tecnologia e Participações S.A. (“I9XP”) (i)	-	-	-	100,00%
Casas Bahia Tecnologia Ltda. (“CB Tecnologia”) (i) (ii)	16,19%	83,81%	-	100,00%
BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. (“BNQI”)	-	100,00%	-	100,00%
Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. (“BanQi Pagamentos”)	-	100,00%	-	100,00%
BANQI Administradora de Cartão Ltda. (“BanQi Adm”)	-	100,00%	-	100,00%
CNT Soluções em Negócios Digitais e Logística Ltda. (“CNT Soluções”)	-	100,00%	-	100,00%
Íntegra Soluções para Varejo Digital Ltda. (“Íntegra”)	-	100,00%	-	100,00%
CNTLog Express Logística e Transporte Eireli (“CNT Express”)	-	100,00%	-	100,00%
BanQi EP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	100,00%	-	-
Asacal Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	-	100,00%	-	-

(i) Em 31 de março de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da I9XP pela ViaHub (atual CB Tecnologia), essa reorganização faz parte de uma estratégia organizacional para otimização da estrutura societária do Grupo Casas Bahia;

(ii) Em 29 de setembro de 2023, a razão social da ViaHub Tecnologia em E-commerce Ltda. (ViaHub) foi alterada para Casas Bahia Tecnologia Ltda. (CB Tecnologia).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição das principais controladas**Indústria de Móveis Bartira Ltda.**

A Indústria de Móveis Bartira Ltda. é uma sociedade limitada, e foi fundada em 11 de maio de 1962. Tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. O controlador final é o Grupo Casas Bahia.

Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda.

A Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. é uma *holding* que tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: Financeira Itaú CBD S.A. Créditos, Financiamento e Investimento ("FIC"), Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV"), FIC Promotora de Vendas Ltda, BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi"), BNQI Sociedade de Crédito Direto S.A. ("BNQI") e BANQI Administradora de Cartão Ltda. ("BanQi Adm").

Asap Log Logística e Soluções Ltda.

A ASAP Log Logística e Soluções Ltda. ("Asap Logística") é uma sociedade limitada e foi fundada em 29 de agosto de 2000. Seu objetivo principal é otimizar as operações logísticas de seu controlador Grupo Casas Bahia, tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia.

Asap Log Ltda.

Adquirida pelo Grupo Casas Bahia em 2020, a Asap Log é uma empresa de tecnologia especializada em soluções para logística de última milha.

CNT

Adquirida pelo Grupo Casas Bahia em 2022, a CNT é uma *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em (i) *fulfillment* e (ii) *fullcommerce (white label)* através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias proprietárias.

b) Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros, são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Passivos financeiros são classificados, inicialmente, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. É classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber (exceto Contas a receber de Administradoras de cartões de crédito), Contas a receber de partes relacionadas e Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a variação cambial e as perdas (ou reversões de) redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem saldos de Contas a Receber - Administradoras de cartões de crédito.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique, significativamente, os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Passivos financeiros

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são desreconhecidos, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Fornecedores, Fornecedores portal, Fornecedores risco sacado (convênio), Empréstimos e financiamentos (exceto moeda estrangeira), Passivo de arrendamento, Partes relacionadas e Repasse a terceiros.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Os passivos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado compreendem saldos de Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Desreconhecimento**(i) Ativo financeiro**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e, (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(ii) Passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido quando:

- A obrigação especificada no contrato for liquidada ou cancelada;
- Um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes;
- Os termos de um passivo existente são substancialmente modificados.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 – Instrumentos financeiros, para mensuração das perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base em características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia avalia periodicamente se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a Companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço patrimonial da Companhia se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes, na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidas para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento e na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Contabilização de *hedge*

A Companhia, eventualmente, utiliza instrumentos financeiros derivativos tais como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos instrumentos financeiros, designados como objetos de *hedge* foram mensurados com base nas taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do vencimento dos instrumentos financeiros, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3. Para os empréstimos em moeda nacional é utilizada a curva DI, índice divulgado pela B3 e calculado pelo método da interpolação exponencial.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

f) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de sua demonstração financeira individual e consolidada, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada (a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas bancárias		133	122	144	133
Aplicações financeiras compromissadas	93,55 % do CDI a.a.	2.375	1.593	2.409	1.717
Aplicações financeiras automáticas (i)	7,45 % do CDI a.a.	17	2	20	3
Títulos e valores mobiliários	161,93 % do CDI a.a.	-	-	-	166
		2.525	1.717	2.573	2.019

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados no contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens e serviços. As demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras.

A mensuração dos saldos de contas a receber de Administradoras de cartões de crédito tem como base, operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir:

- A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Crediário Casas Bahia, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras;
- Para calcular a perda esperada da carteira de Crediário Casas Bahia, a Companhia se baseia nos perfis de pagamento de vendas durante o período de 12 meses e as perdas de crédito históricas correspondentes, incorridas durante esse período, ajustadas para fatores prospectivos específicos relativos aos devedores e ambiente econômico;
- Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras, a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Administradoras de cartões de crédito	245	3.406	273	3.426
Credidiário Casas Bahia (nota 6.1)	5.355	5.523	5.355	5.523
Juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros (nota 6.1)	(1.656)	(1.650)	(1.656)	(1.650)
Contas a receber – B2B (i)	370	342	370	342
Outras contas a receber	114	326	363	366
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa PECLD ou PDD (c)	(645)	(646)	(685)	(648)
	3.783	7.301	4.020	7.359
Circulante	3.351	6.537	3.588	6.595
Não circulante	432	764	432	764

(i) A sigla B2B significa “*business-to-business*”, uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa do contas a receber – PECLD ou PDD

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	(646)	(706)	(648)	(711)
Combinação de negócios	-	-	(11)	-
Perdas estimadas registradas no exercício	(1.132)	(1.044)	(1.180)	(1.085)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	1.133	1.104	1.154	1.148
Saldo no fim do exercício	(645)	(646)	(685)	(648)
Circulante	(580)	(568)	(620)	(570)
Não circulante	(65)	(78)	(65)	(78)

d) Abertura das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por tipo de recebível – Carteira total

	Controladora					
	31.12.2023			31.12.2022		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	245	-	245	3.406	-	3.406
Credidiário Casas Bahia – TOTAL	5.355	(595)	4.760	5.523	(627)	4.896
Contas a receber “B2B” (i)	370	(8)	362	342	(4)	338
Outras contas a receber	114	(42)	72	326	(15)	311
	6.084	(645)	5.439	9.597	(646)	8.951
	Consolidado					
	31.12.2023			31.12.2022		
	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido	Bruto	PECLD (PDD)	Líquido
Administradoras de cartão de crédito	273	-	273	3.426	-	3.426
Credidiário Casas Bahia – TOTAL	5.355	(595)	4.760	5.523	(627)	4.896
Contas a receber “B2B” (i)	370	(8)	362	342	(4)	338
Outras contas a receber	363	(82)	281	366	(17)	349
	6.361	(685)	5.676	9.657	(648)	9.009

(i) A sigla B2B significa “*business-to-business*”, uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- e) Composição por período de vencimento do contas a receber, antes da redução das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e dos juros a apropriar – Carteira total

	Controladora											
	31.12.2023						31.12.2022					
	Vencidos						Vencidos					
	A vencer	Até 30 Dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Administradoras de cartão de crédito	244	-	-	-	1	245	3.402	-	-	-	4	3.406
Crediciário Casas Bahia	4.941	167	90	66	91	5.355	5.128	161	87	64	83	5.523
Contas a receber "B2B" (i)	223	23	16	22	86	370	216	94	12	14	6	342
Outras contas a receber	65	15	5	4	25	114	306	2	11	1	6	326
	5.473	205	111	92	203	6.084	9.052	257	110	79	99	9.597

	Consolidado											
	31.12.2023						31.12.2022					
	Vencidos						Vencidos					
	A vencer	Até 30 Dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total	A vencer	Até 30 dias	31 – 60 dias	61 - 90 dias	Acima de 90 dias	Total
Administradoras de cartão de crédito	271	-	-	-	2	273	3.422	-	-	-	4	3.426
Crediciário Casas Bahia	4.941	167	90	66	91	5.355	5.128	161	87	64	83	5.523
Contas a receber "B2B" (i)	223	23	16	22	86	370	216	94	12	14	6	342
Outras contas a receber	230	42	12	8	71	363	322	6	17	3	18	366
	5.665	232	118	96	250	6.361	9.088	261	116	81	111	9.657

- (i) A sigla B2B significa "*business-to-business*", uma expressão em inglês para indicar uma empresa que faz negócio com outras empresas, na prática refere-se às vendas realizadas para outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- f) Além dos saldos supramencionados, a Companhia possui outros recebíveis de origens diversas, tais como: valores referentes a cauções dadas, ativos indenizatórios, despesas pagas antecipadamente, adiantamentos feitos à fornecedores, valores a receber referentes a reembolso de despesas, entre outros, todos esses recebíveis são registrados em rubrica específica, denominada de outros ativos.

6.1 Contas a receber – Crédito Direto ao Consumidor (Credidiário Casas Bahia)

a) Composição dos saldos – Carteira (Credidiário Casas Bahia)

Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“Credidiário Casas Bahia”), conforme nota explicativa nº 14(a)(i), que podem ser parcelados em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 15 meses com taxa média de juros de 158,32% a.a. A seguir são apresentados os saldos brutos dos carnês e o montante de juros a incorrer de acordo com os prazos acordados.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Credidiário Casas Bahia – Circulante	4.770	4.839
Credidiário Casas Bahia – Não Circulante	585	684
Credidiário Casas Bahia – Total (a)	5.355	5.523
Juros a transcorrer / Receita a ser apropriada em exercícios futuros	(1.656)	(1.650)
Credidiário Casas Bahia – Total sem juros a transcorrer	3.699	3.873
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa – PDD (b)	(595)	(627)
(%) PECLD (PDD) / Credidiário Casas Bahia – Total ((b)÷(a))	11,1%	11,4%

b) Movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do Credidiário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	(627)	(656)
Perdas estimadas registradas no exercício	(990)	(1.029)
Baixas de contas a receber, líquido de recuperação	1.022	1.058
Saldo no fim do exercício	(595)	(627)
Circulante	(530)	(549)
Não circulante	(65)	(78)

7. Estoques

a) Política contábil

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e para que estejam em condições de venda.

Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de marketing, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

b) Estimativas e premissas contábeis

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor realizável líquido é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de:

- (i) Tributos incidentes sobre a venda;
 - (ii) Despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e
 - (iii) Custo dos estoques.
- c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lojas	2.051	2.453	2.051	2.453
Centros de distribuição	2.352	3.102	2.380	3.143
Almoxarifado	21	17	22	17
Perdas estimadas ao valor realizável líquido	(99)	(39)	(100)	(39)
	4.325	5.533	4.353	5.574

d) Movimentação das perdas estimadas para redução dos estoques ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Saldo no início do exercício	(39)	(36)	(39)	(36)
Reversões (adições)	(136)	(19)	(140)	(19)
Perdas realizadas	76	16	79	16
Saldo no fim do exercício	(99)	(39)	(100)	(39)

8. Tributos a recuperar

a) Política contábil

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A expectativa de realização dos tributos é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação vigente e na geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ICMS a recuperar (i)	2.650	3.813	2.653	3.815
PIS e COFINS a recuperar	2.511	2.255	2.656	2.377
Imposto de renda e contribuição social	241	259	265	279
Outros	271	258	278	266
	5.673	6.585	5.852	6.737
Circulante	1.629	1.815	1.663	1.827
Não circulante	4.044	4.770	4.189	4.910

(i) Realização do crédito de ICMS

O plano de realização do crédito de ICMS (monetização) é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas. Sempre que necessário, são realizadas revisões nas premissas estabelecidas com o objetivo de refletir no plano os eventos de negócio, permitindo assim ter maior controle da realização dos referidos créditos.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudos técnicos de recuperação, e com base na expectativa futura de desempenho operacional, entende ser viável a compensação futura dos referidos créditos. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com suporte em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia acredita que as premissas estabelecidas estão aderentes e refletem a melhor expectativa de realização dos referidos créditos.

Cabe ainda destacar que a realização dos referidos créditos também pode ocorrer através de processo de ressarcimento junto às Secretarias da Fazenda Estaduais mediante a apresentação dos documentos fiscais e arquivos digitais relativos as operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento.

Em continuidade ao plano de realização (monetização) dos créditos tributários da Companhia, em 10 de julho de 2023, a Companhia firmou novos instrumentos particulares de transferência de créditos de ICMS, no valor de R\$150.

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia transferiu R\$752 de créditos de ICMS referentes aos contratos de venda de créditos negociados entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e julho de 2023. A Companhia estima concluir a transferência dos créditos até o final de 2024.

c) Expectativa de realização dos tributos a recuperar

	Controladora				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2024	767	707	66	84	1.624
2025	604	806	-	140	1.550
2026	578	922	-	45	1.545
2027	424	76	-	2	502
2028	277	-	-	-	277
Mais de 5 anos	-	-	175	-	175
	2.650	2.511	241	271	5.673
	Consolidado				
	ICMS	PIS e COFINS	IRPJ e CSLL	Outros	Total
2024	770	716	83	89	1.658
2025	604	942	-	141	1.687
2026	578	922	-	45	1.545
2027	424	76	-	3	503
2028	277	-	-	-	277
Mais de 5 anos	-	-	182	-	182
	2.653	2.656	265	278	5.852

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Partes relacionadas								
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b) (c)	141	161	-	-	(323)	(362)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Asap Log Ltda. ("Asap Log") (c)	1	(3)	-	-	(55)	(36)	-	-
Asap Log Logística e Soluções Ltda. ("Asap Logística") (c)	(210)	(134)	-	3	(282)	(158)	-	-
BanQi Instituição de Pagamento Ltda. ("BanQi") (c)	17	4	-	-	(13)	(10)	-	-
Íntegra Soluções para Varejo Digital LTDA. ("Íntegra") (c)	1	4	-	(1)	-	4	-	-
Casas Bahia Tecnologia Ltda. ("CB Tecnologia") (c)	(130)	(119)	-	-	(367)	(226)	-	-
Celer Processamento Comércio e Serviço LTDA. ("BanQi Pagamentos")	3	-	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(2)	(1)	(2)	(1)	(19)	(28)	(19)	(28)
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") (a)	-	2	-	2	(42)	(37)	(42)	(37)
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d)	393	409	437	460	(14)	31	7	31
	214	323	435	463	(1.115)	(823)	(54)	(34)
Operações de arrendamento mercantil								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (b)								
Ativo de direito de uso	684	718	709	745	(103)	(91)	(107)	(94)
Passivo de arrendamento	(1.072)	(1.105)	(1.111)	(1.147)	(145)	(133)	(150)	(138)
	(388)	(387)	(402)	(402)	(248)	(224)	(257)	(232)
Total das operações com Partes relacionadas	(174)	(64)	33	61	(1.363)	(1.047)	(311)	(266)
Ativo – partes relacionadas								
Circulante	500	523	268	299				
Não circulante	126	134	170	184				
Passivo – partes relacionadas								
Circulante	(410)	(332)	(3)	(20)				
Não circulante	(2)	(2)	-	-				

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro anterior, são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições usuais de mercado acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, que realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia.

A FIC e BINV atuam, também, como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$23 (R\$307 em 31 de dezembro de 2022). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu R\$58 (R\$49 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) de despesas financeiras provenientes da antecipação de recebíveis de cartão de crédito.

b) Operações de aluguéis

A Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 185 imóveis, entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com a Casa Bahia Comercial ("CB") e seus sócios, conforme Acordo de Associação celebrado entre Grupo Casas Bahia, CBD, CB e sócios da CB.

c) Compra e venda de mercadorias e serviços

A seguir foram apresentadas as principais operações com partes relacionadas

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		31.12.2023	31.12.2022
Bartira	Compra de mercadorias	(323)	(362)
CB Tecnologia	Contratação de serviços de T.I.	(367)	(226)
Asap Logística	Contratação de serviços de logística	(282)	(158)
Asap Log	Contratação de serviços de logística	(55)	(36)
BanQi	Tarifa de intermediação do carnê Casas Bahia	(13)	(10)
Integra	Venda de mercadoria	-	4

d) Acordo de associação Grupo Casas Bahia, Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") e CB e instrumentos correlatos

Em 1º de julho de 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre a Companhia, CBD, CB e sócios da CB que, dentre outros aspectos, assegurou à Companhia o direito de ser indenizada por CBD, CB e sócios da CB por eventuais perdas e/ou danos, geradas por demandas judiciais e/ou reembolso de despesas cuja a origem ou fato gerador tenha ocorrido durante o período de gestão dos antigos controladores da Companhia e das empresas mencionadas do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no referido Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativas às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às demandas judiciais. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios da CB, bem como hipotecas de imóveis de propriedade da CB, em valor suficiente para suportar o total das demandas judiciais potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar critérios e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. A partir dessa data, os montantes a receber de CBD passaram a ser reconhecidos na rubrica de Outros ativos no Ativo circulante.

A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

e) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta Administração (diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram as seguintes:

	31.12.2023			31.12.2022		
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações (i)	Total	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	30	(2)	28	10	51	61
Conselho de Administração	6	-	6	6	-	6
	36	(2)	34	16	51	67

(i) A remuneração baseada em ações foi impactada por opções de compra não exercidas.

10. Investimentos

a) Política contábil

Controladas são todas as entidades que o Grupo Casas Bahia detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido:

- (i) Pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas;
- (ii) Por sua habilidade de utilizar esse poder; e
- (iii) Pela sua exposição aos retornos dessas entidades.

As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das demonstrações financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento em que há a perda de controle.

Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com esse método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos.

Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos dessas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

b) Saldos e movimentação

Controladora

	31.12.2021	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Equivalência por resultado	Equivalência por resultado abrangente	Pagamento baseado em ações	31.12.2022
Lake	556	220	-	(38)	4	2	744
Bartira	725	-	-	30	-	-	755
Asap Logística	68	327	-	(176)	-	1	220
Cnova	79	127	-	22	-	3	231
Outros	38	-	(2)	13	-	-	49
Total	1.466	674	(2)	(149)	4	6	1.999

Controladora

	31.12.2022	Incorporação (i)	Aumento de capital	Lucros não realizados nos estoques	Distribuição de dividendos	Equivalência por resultado	Pagamento baseado em ações	31.12.2023
Lake	744	-	61	-	-	(13)	(1)	791
Bartira	755	-	-	7	-	10	-	772
Asap Logística	220	(17)	223	-	-	(137)	-	289
Cnova	231	-	12	-	-	(117)	3	129
CB Tecnologia	-	17	-	-	-	-	1	18
Outros	49	-	-	-	(15)	(9)	-	25
Total	1.999	-	296	7	(15)	(266)	3	2.024

(i) Reorganização societária, vide nota explicativa nº 4 a (i).

Consolidado

	31.12.2021	Equivalência por resultado	31.12.2022
FIC	166	34	200
BINV	42	7	49
Distrito	17	(1)	16
Total	225	40	265

Consolidado

	31.12.2022	Equivalência por resultado	Distribuição de dividendos	31.12.2023
FIC	200	42	(16)	226
BINV	49	8	(1)	56
Distrito	16	-	-	16
Total	265	50	(17)	298

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Informações financeiras resumidas das coligadas

FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e do Grupo Casas Bahia. A BINV é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A., enquanto a FIC é resultado da associação da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A e a CBD. A Companhia exerce influência significativa nessas instituições, mas não o controle. A participação da Companhia no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

Distrito

O Distrito é um *hub* de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberto, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. A Companhia exerce influência significativa no Distrito, mas não o controle. Em 31 de dezembro de 2023, a participação da Companhia no capital votante total do Distrito corresponde a 16,67% oriundo do investimento realizado pela controlada Cnova.

A seguir, apresentamos informações referentes as coligadas que a Companhia julga como relevantes para o cálculo da equivalência patrimonial:

Balço patrimonial	FIC		BINV	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante	9.649	11.682	984	1.090
Ativo não circulante	1	32	-	-
Ativo total	9.650	11.714	984	1.090
Passivo circulante	7.892	10.136	876	995
Patrimônio líquido (i)	1.758	1.578	108	95
Total do passivo e patrimônio líquido	9.650	11.714	984	1.090
Demonstração do resultado	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido	293	245	16	14

- (i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A..

11. Imobilizado

a) Política contábil

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2023
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	6
Instalações	13
Móveis e utensílios	10
Veículos	4
Outros	5

Não houve mudança significativa na vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no “Custo das mercadorias e serviços vendidos” de acordo com a venda dos estoques.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) são suas lojas, e realiza o teste de recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas:

- (i) As UGC’s que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa;
- (ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC’s identificadas para os próximos 10 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- (iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

São utilizadas para o teste de recuperabilidade a margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto. A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC’s devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2023			31.12.2022			31.12.2023			31.12.2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	9	-	9	9	-	9	11	-	11	11	-	11
Edifícios	9	(7)	2	9	(7)	2	11	(9)	2	11	(9)	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.381	(633)	748	1.153	(537)	616	1.388	(633)	755	1.160	(537)	623
Máquinas e equipamentos	351	(219)	132	324	(193)	131	554	(373)	181	527	(344)	183
Equipamentos de informática	792	(612)	180	715	(535)	180	801	(618)	183	724	(540)	184
Instalações	177	(81)	96	177	(69)	108	196	(89)	107	196	(76)	120
Móveis e utensílios	436	(278)	158	409	(246)	163	442	(282)	160	415	(250)	165
Veículos	6	(5)	1	6	(5)	1	10	(7)	3	10	(5)	5
Imobilizado em andamento	44	-	44	414	-	414	44	-	44	415	-	415
Outros	88	(58)	30	76	(50)	26	92	(60)	32	86	(57)	29
	3.293	(1.893)	1.400	3.292	(1.642)	1.650	3.549	(2.071)	1.478	3.555	(1.818)	1.737

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

	31.12.2021	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31.12.2023
Terrenos	11	-	(2)	-	-	9	-	-	-	-	9
Edifícios	7	-	(5)	-	-	2	-	-	-	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	695	41	(45)	(75)	-	616	15	(35)	(105)	257	748
Máquinas e equipamentos	132	17	1	(23)	4	131	5	-	(26)	22	132
Equipamentos de informática	207	23	9	(83)	24	180	15	-	(85)	70	180
Instalações	114	11	(8)	(13)	4	108	3	(2)	(13)	-	96
Móveis e utensílios	176	6	1	(29)	9	163	3	-	(33)	25	158
Veículos	1	-	-	(1)	1	1	-	-	-	-	1
Imobilizado em andamento	253	237	-	-	(76)	414	17	(2)	-	(385)	44
Outros	24	5	(2)	(7)	6	26	6	(2)	(11)	11	30
	1.620	340	(51)	(231)	(28)	1.650	64	(41)	(273)	-	1.400

Consolidado

	31.12.2021	Adições	Baixas	Depreciação	Combinação de negócios	Transferências	31.12.2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	31.12.2023
Terrenos	15	-	(4)	-	-	-	11	-	-	-	-	11
Edifícios	7	-	(5)	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Benfeitorias em imóveis de terceiros	698	41	(44)	(75)	-	3	623	15	(35)	(105)	257	755
Máquinas e equipamentos	184	20	1	(28)	-	6	183	5	-	(30)	23	181
Equipamentos de informática	210	25	9	(85)	-	25	184	15	-	(86)	70	183
Instalações	125	11	(8)	(14)	-	6	120	4	(2)	(15)	-	107
Móveis e utensílios	178	6	1	(29)	1	8	165	3	-	(33)	25	160
Veículos	5	-	-	(1)	-	1	5	-	-	(2)	-	3
Imobilizado em andamento	258	238	-	-	-	(81)	415	17	(2)	-	(386)	44
Outros	32	11	(8)	(11)	-	5	29	7	(3)	(13)	12	32
	1.712	352	(58)	(243)	1	(27)	1.737	66	(42)	(284)	1	1.478

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no Custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Depreciação e amortização	56	50	62	55

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGC's foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos dez anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do decênio 2024-2033, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 14,66%. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,6% a.a.

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi registrada uma redução por *impairment*.

12. Intangível

a) Política contábil

São compostos por ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado em combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente e *softwares* adquiridos de terceiros.

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificados de forma confiável da investida, são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício, quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2023
Software e licenças	10
Direitos contratuais	13
Contrato Vantajoso	17
Fundo de comércio	4

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Estimativas e premissas contábeis

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (d) desta nota explicativa.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	31.12.2023			31.12.2022			31.12.2023			31.12.2022		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	884	-	884	962	-	962
Softwares em desenvolvimento	206	-	206	880	-	880	210	-	210	893	-	893
Softwares e licenças	2.182	(706)	1.476	1.213	(534)	679	2.312	(749)	1.563	1.291	(543)	748
Direitos contratuais (ii)	251	(221)	30	251	(216)	35	251	(221)	30	251	(216)	35
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	50	-	50	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	38	(22)	16	36	(19)	17
Fundo de comércio (v)	64	(61)	3	65	(60)	5	64	(62)	2	65	(62)	3
	2.703	(988)	1.715	2.409	(810)	1.599	3.809	(1.054)	2.755	3.544	(840)	2.704

- (i) **Ágio:** A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) decorrente da aquisição da: (a) Bartira em 2013, no montante de R\$627; (b) Asap Log em 2020, no montante de R\$3; (c) Airfox em 2020, no montante de R\$226; (d) I9XP em 2020, no montante de R\$11; (e) CNT em 2022, no montante de R\$17;
- (ii) **Direitos contratuais:** Os direitos contratuais da Companhia referem-se à re aquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estimada com base na data de término dos direitos readquiridos;
- (iii) **Marcas e patentes:** Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (iv) **Contrato vantajoso:** Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda como arrendadora. Sua mensuração foi realizada com base em informações de transações comparáveis no mercado;
- (v) **Fundo de comércio:** Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora

	31.12.2021	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2022	Adições	Amortização	Transferências	31.12.2023
Softwares em desenvolvimento	626	564	-	(310)	880	279	-	(953)	206
Softwares e licenças	384	66	(109)	338	679	17	(173)	953	1.476
Direitos contratuais	40	-	(5)	-	35	-	(5)	-	30
Fundo de comércio	5	2	(2)	-	5	-	(2)	-	3
	1.055	632	(116)	28	1.599	296	(180)	-	1.715

Consolidado

	31.12.2021	Adições	Amortização	Combinação de negócios	Transfe-rências	31.12.2022	Adições	Baixas	Amortização	Combinação de negócios	Transfe-rências	31.12.2023
Ágio	964	-	-	8	(10)	962	-	(75)	-	(3)	-	884
Softwares em desenvolvimento	627	586	-	-	(320)	893	298	(8)	-	-	(973)	210
Softwares e licenças	443	67	(120)	-	358	748	22	(7)	(191)	20	971	1.563
Direitos contratuais	40	-	(5)	-	-	35	-	-	(5)	-	-	30
Marcas e patentes	46	-	-	-	-	46	-	-	(1)	4	1	50
Contrato vantajoso	19	-	(2)	-	-	17	-	-	(4)	3	-	16
Fundo de comércio	4	1	(1)	-	(1)	3	-	-	(1)	-	-	2
	2.143	654	(128)	8	27	2.704	320	(90)	(202)	24	(1)	2.755

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível (*impairment*)

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

A Administração da Companhia efetua, pelo menos anualmente, análise, em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de verificar se os projetos de *softwares* em andamento possuem viabilidade econômica. Aqueles casos em que não seja provável que os ativos intangíveis seriam capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não esteja alinhada com a estratégia atual da administração da Companhia, são descontinuados.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia efetuou a respectiva análise e, como consequência, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios, os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. As aquisições das controladas foram estratégicas e realizadas com o objetivo de explorar o grande potencial de sinergias entre os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas físicas e *e-commerce*. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos de cada investida em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo.

Para a determinação do valor recuperável, duas principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do decênio 2024-2033, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital das investidas. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise indicou a necessidade de reconhecimento de provisão de perda por *impairment* de R\$76 correspondente ao ágio gerado pela aquisição da controlada Celer.

13. Fornecedores, fornecedores portal e fornecedores convênio

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias	6.340	6.395	6.379	6.462
Serviços	740	715	823	789
Fornecedores portal (i)	-	657	-	657
Fornecedores risco sacado (convênio) (ii)	1.765	2.463	1.765	2.463
	8.845	10.230	8.967	10.371
Fornecedores	7.080	7.110	7.202	7.251
Fornecedores portal	-	657	-	657
Fornecedores risco sacado (convênio)	1.765	2.463	1.765	2.463

A Companhia celebrou acordos com os seguintes termos e condições:

- (i) Fornecedores portal: a Companhia possibilita que seus fornecedores, mediante assinatura de termos de adesão, antecipem seus recebíveis com um desconto sobre o valor de face. Essa operação pode ser feita diretamente com a Companhia e, também, através de transações desta natureza envolvendo instituições financeiras. Nestas transações, conforme acordado, as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pela Companhia. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. Esta transação não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a Companhia e seu fornecedor. Os respectivos ganhos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência e estão apresentados na nota explicativa nº 25. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma comissão no montante de R\$5 (R\$22 em 31 de dezembro de 2022).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Fornecedores risco sacado (convênio): é formado a partir de transações mercantis recorrentes entre o Grupo Casas Bahia e seus fornecedores de produtos e serviços. Os convênios firmados atendem aos interesses mútuos no que tange à liquidez e capital de giro de cada parte, e são firmados em decorrência de eventuais variações conjunturais no nível da demanda e oferta de produtos e serviços. Devido as características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de captação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor transfere o direito de recebimento dos títulos para a instituição financeira e em troca recebe antecipadamente esses recursos da instituição financeira, que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Em 31 de dezembro de 2023 o prazo médio dessas operações era de 90 dias com custo financeiro de 16,96% a.a. (em 31 de dezembro de 2022 o prazo médio dessas operações era de 118 dias com custo financeiro de 18,95% a.a.), os respectivos custos financeiros da operação são apropriados no resultado financeiro, em conformidade com o regime e competência e estão apresentados na nota explicativa nº 25. A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

14. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa média	Controladora e consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022
Repasse para instituições financeiras – CDCI (i)	18,31% a.a.	4.976	5.241
Empréstimos em moeda nacional (ii)	CDI + 4,00% a.a.	398	1.220
Debêntures (iii)	CDI + 2,59% a.a.	3.234	2.128
Debêntures (iii) - 8ª Deb (Séries 2 e 3)	IPCA + 8,79% a.a.	351	332
Notas Comerciais (iv)	CDI + 1,50% a.a.	-	457
		8.959	9.378
Circulante		6.795	6.373
Não circulante		2.164	3.005

- (i) Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Repasse para instituições financeiras - CDCI").

As operações Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6.1(a)). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2023, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 18,31% a.a. (16,86% a.a. em 31 de dezembro de 2022), abaixo apresentamos a segregação dos respectivos saldos entre circulante e não circulante:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Repasse para instituições financeiras – Circulante	4.844	5.014
Repasse para instituições financeiras – Não Circulante	539	651
	5.383	5.665
Juros a apropriar	(407)	(424)
Repasse para instituições financeiras, líquido de juros a apropriar	4.976	5.241

- (ii) Empréstimos em moeda nacional

Em 2023, a Companhia liquidou contratos de CCB's no valor de R\$828.

Data da contratação	Valor da captação	Prazo	Juros	Amortização
10.10.2023	R\$400	1 ano	CDI + 4,00%	Principal mensal a partir de fevereiro 2024 e juros mensais a partir de novembro 2023

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Debêntures

Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente. Com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se comprometeu a cumprir a renovação da sua matriz energética por fontes renováveis.

Em 29 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 461.667 (quatrocentas e sessenta e um mil e seiscentas e sessenta e sete) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 538.333 (quinhentas e trinta e oito mil e trezentas e trinta e três) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,50% a.a. e CDI + 1,70% a.a. respectivamente. Com amortização final para a 1ª série em 15 de setembro de 2024 e amortização de 50% no 4º ano e 50% no 5º ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries. Foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) debêntures, no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), sendo: 67.435 (sessenta e sete mil quatrocentas e trinta e cinco) da 1ª série, com remuneração de CDI + 1,85% a.a., juros trimestrais e amortização de 50% em 14 de julho de 2026 e 50% em julho de 2027; 291.029 (duzentas e noventa e uma mil e vinte e nove) da 2ª série, com remuneração de IPCA + 8,2243% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2027; e 41.536 (quarenta e uma mil quinhentas e trinta e seis) da 3ª série; com remuneração de IPCA + 8,3348% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2028 e 13 de julho de 2029. As debêntures foram objeto de distribuição privada, servindo como lastro do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), emitido através do 20º Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., nos termos da instrução CVM 400. Em 03 de outubro de 2023 a Companhia realizou a não declaração de vencimento antecipado da 8ª emissão de debêntures e dos CRI, em contrapartida foi aprovado o acréscimo de um spread complementar de 0,55%, sendo assim as séries da 8ª emissão de debêntures passaram a ser remuneradas após a data da assembleia como a seguir: 1ª série - CDI + 2,40%; 2ª série - IPCA + 8,7743 e 3ª série - IPCA + 8,8848.

Em 15 de junho de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 1.119.000 (um milhão e cento e dezenove mil) debêntures simples, no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) com remuneração de CDI + 4,10% a.a., perfazendo o valor total de emissão de R\$1.119.000.000,00 (um bilhão e cento e dezenove milhões). O prazo de vigência são 2 (dois) anos contados da data de emissão, com amortização trimestral a partir de janeiro de 2024 e juros trimestrais. A debêntures foram objeto de distribuição pública, registrada sob o rito automático de distribuição, nos termos do disposto na resolução CVM 16.

(iv) Notas Comerciais

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 400.000 (quatrocentas mil) notas comerciais escriturais com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), com remuneração de CDI + 1,50% a.a., amortização do principal e juros no final, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da instrução CVM nº 476/14195. O prazo de vigência das notas comerciais escriturais é de 1 (um) ano e 6 (seis) meses contados da data de emissão, e os recursos captados foram destinados para o pagamento de parcial do saldo relativo a 4ª emissão de debêntures da Emitente. No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos com notas comerciais.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.406	9.422
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	7.803	7.803
Amortizações (i)	(8.147)	(8.164)
Pagamento de juros (i)	(912)	(912)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	1.228	1.229
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.378	9.378
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	8.790	8.790
Amortizações (i)	(9.169)	(9.169)
Pagamento de juros (i)	(1.426)	(1.426)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	1.386	1.386
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.959	8.959

(i) Em 31 de dezembro de 2023, os montantes referentes às operações de repasse para instituições financeiras foram de R\$6.971 de captações, R\$7.280 de amortizações, R\$775 de pagamento de juros e R\$819 de juros incorridos (R\$7.403, R\$7.177, R\$439 e R\$626 respectivamente em 31 de dezembro de 2022).

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2025	1.365
2026	415
2027	341
2028	23
2029	20
	2.164

d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente os indicadores considerados significativos pela Administração, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA ajustado ("*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization adjusted*").

Debêntures e notas comerciais escriturais

A manutenção do vencimento contratual das debêntures e das notas comerciais escriturais em seu prazo original está condicionado ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas ("*covenants*"), previstas em seus respectivos instrumentos, as quais a Companhia ressalta vem cumprindo regularmente. O principal *covenant*/indicador é o abaixo indicado:

Covenants sobre dívida líquida:

- Dívida líquida consolidada (*) não superior ao Patrimônio Líquido e;
- Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBTIDA consolidado ajustado (**), menor ou igual a 3,25.

Além disso, especificamente em relação à 6ª Emissão de Debêntures (Debênture SLB – *sustainability linked bond*), a Companhia possui cláusulas específicas relativas à ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), em que se comprometeu ao atingimento de percentual de energia renovável igual ou maior a 90% em dezembro de 2025.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas previstas em seus empréstimos e financiamentos.

(*) **Dívida líquida consolidada:** a dívida total da Companhia (empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCI, excluindo saldos das operações de contratos de arrendamento mercantil), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e dos valores de contas a receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multibenefícios, incluindo saldos das operações de CDCI existentes dentro da rubrica de contas a receber.

(**) **EBITDA consolidado ajustado:** o lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido do saldo de outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

15. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Política contábil

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

b) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.525	1.717	2.573	2.019
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	3.538	3.895	3.747	3.933
Partes relacionadas	626	657	438	483
Instrumentos financeiros	-	-	11	10
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	245	3.406	273	3.426
Passivos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	(7.080)	(7.110)	(7.202)	(7.251)
Fornecedores portal	-	(657)	-	(657)
Fornecedores risco sacado (convênio)	(1.765)	(2.463)	(1.765)	(2.463)
Empréstimos e financiamentos (exceto CDCI)	(3.983)	(4.137)	(3.983)	(4.137)
Repasse para instituições financeiras	(4.976)	(5.241)	(4.976)	(5.241)
Passivo de arrendamento	(3.443)	(3.657)	(3.483)	(3.699)
Partes relacionadas	(412)	(334)	(3)	(20)
Repasse a terceiros	(566)	(560)	(637)	(648)

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê de Finanças, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente ao Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023, é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas à mesma modalidade de taxa de juros.

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas (dentre as quais o CDI), para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos da Companhia. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 10,04% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2023	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	2.429	226	282	339
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(3.983)	(328)	(387)	(447)
Impacto no resultado - despesa			(102)	(105)	(108)

(*) Não incluem os contratos com repasses para instituições financeiras por apresentarem taxas de juros pré-fixadas.

d) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. Além disso, é prática da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro, para tanto, regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar os possíveis impactos na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não fossem renovadas.

A Administração realiza, de forma recorrente, a análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações vincendas correntes e dívidas e concluiu que para o período de 12 meses após 31 de dezembro de 2023 inexistem riscos de liquidez.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento, dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 Anos	Total
Fornecedores	7.080	-	7.080	7.202	-	7.202
Fornecedores risco sacado (convênio)	1.788	-	1.788	1.788	-	1.788
Empréstimos e financiamentos	2.818	2.308	5.126	2.818	2.308	5.126
Repasso para instituições financeiras	4.463	513	4.976	4.463	513	4.976
Partes relacionadas	410	2	412	3	-	3
Repasso a terceiros	566	-	566	637	-	637
	17.125	2.823	19.948	16.911	2.821	19.732

e) Risco de crédito

A Companhia está exposta aos riscos de créditos mantidos com instituições financeiras, na posição de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário a instituições financeiras validadas pelo Comitê de Finanças e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia é realizada por cartão de crédito, que são, substancialmente, securitizados com as administradoras de cartões de crédito e/ou com bancos. As vendas financiadas através da operação de repasse com instituições financeiras, têm linhas de crédito junto aos bancos: Bradesco, Safra, Banco do Brasil, Daycoval e BTG, visando o financiamento dos clientes; com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. Todavia, o saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são calculadas conforme a política contábil da Companhia. Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

f) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	31.12.2023		31.12.2022	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	2.573	2.573	2.019	2.019
Recebíveis de cartão de crédito	273	273	3.426	3.426
Total caixa e equivalentes, e cartão de crédito	2.846	2.846	5.445	5.445
Contas a Receber – Credidiário Casas Bahia	3.699	-	3.873	-
Outros recebíveis	733	733	708	708
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa-PDD	(685)	(90)	(648)	(21)
Total caixa e equivalentes, e recebíveis	6.593	3.489	9.378	6.132
Empréstimos e financiamentos	(3.983)	(3.983)	(4.137)	(4.137)
Repasse para instituições financeiras	(4.976)	-	(5.241)	-
Total Empréstimos e financiamentos e CDCI	(8.959)	(3.983)	(9.378)	(4.137)
Caixa Líquido (Dívida líquida)	(2.366)	(494)	-	1.995
Patrimônio líquido	3.454	3.454	5.284	5.284
Índice de caixa líquido (dívida líquida)	(0,69)	(0,14)	-	0,38

g) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Custo amortizado				
Crediário Casas Bahia (i)	3.699	4.208	3.699	4.208
Repasse para instituições financeiras (ii)	(4.976)	(4.670)	(4.976)	(4.670)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito (ii)	245	245	273	273

(i) São classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do Crediário Casas Bahia e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média do mercado de desconto de duplicatas.

(ii) São classificados no nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, principalmente, devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Tributos a pagar

a) Política contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”), Imposto sobre Serviços (“ISS”), Programa de Integração Social (“PIS”), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), além dos impostos que a Companhia precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ICMS a pagar	444	133	445	136
Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	31	22	32	23
IRRF a pagar	23	39	35	57
Outros	23	52	31	59
	521	246	543	275
Circulante	496	227	517	255
Não circulante	25	19	26	20

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política contábil

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Conciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo antes da tributação	(4.145)	(942)	(4.202)	(1.083)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	1.409	320	1.429	368
Subvenção de investimento (i)	186	233	191	235
Exclusão Selic sobre Tributos (ii)	48	128	53	135
Equivalência patrimonial	(88)	(51)	17	14
Efeito de diferenças de alíquotas de impostos de entidades no exterior	-	-	-	5
Prejuízo fiscal reconhecido	-	-	-	9
Prejuízo fiscal não reconhecido (iii)	-	-	(37)	(6)
Outras diferenças permanentes	(35)	(30)	(76)	(19)
Imposto de renda e contribuição social efetivos	1.520	600	1.577	741
Corrente reconhecido por meio do resultado	(3)	-	(6)	(13)
Diferido reconhecido por meio do resultado	1.523	600	1.583	754
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquido	1.520	600	1.577	741

(i) Subvenção de investimento

A Companhia possui benefícios fiscais que reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota. Esses benefícios são distribuídos em 21 estados que resultam em montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Para viabilizar a utilização desse benefício, a Companhia cumpre os requisitos legais. Até 31 de dezembro de 2023 o montante excluído representou 2% das receitas das mercadorias vendidas, líquidas de impostos (3% em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Exclusão Selic sobre tributos

Refere-se aos efeitos decorrentes da exclusão das atualizações da taxa selic das bases de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social em virtude da recente decisão do STF. O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao recurso extraordinário, dando interpretação conforme a Constituição Federal ao § 1º do art. 3º da Lei nº 7.713/88, ao art. 17 do Decreto-Lei nº 1.598/77 e ao art. 43, inciso II e § 1º, do CTN (Lei nº 5.172/66), de modo a excluir do âmbito de aplicação desses dispositivos a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário.

(iii) Prejuízo fiscal não reconhecido

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal não foi reconhecido tendo em vista a inexistência de lucro tributável em montante suficiente para realização do referido crédito tributário e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o principal saldo de prejuízo fiscal não reconhecido pertence a controlada Cnova no montante de R\$528 (R\$528 em 31 de dezembro de 2022).

Ao final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras, a Companhia reavalia se é provável que os lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. Caso positivo, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido não reconhecido previamente.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Provisão para demandas judiciais	735	644	760	659
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	219	219	221	220
Prejuízos fiscais e bases negativas	3.601	2.215	3.965	2.530
Provisão para despesas correntes	70	57	73	62
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	115	28	115	29
Arrendamento mercantil	275	258	280	263
Outros	93	201	93	202
Total ativo fiscal diferido	5.108	3.622	5.507	3.965
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(223)	(173)	(234)	(184)
PPA Bartira	-	-	(20)	(21)
ICMS seletividade	(116)	(116)	(116)	(116)
Outros	(5)	(14)	(32)	(43)
Total passivo fiscal diferido	(344)	(303)	(402)	(364)
	4.764	3.319	5.105	3.601

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativo fiscal diferido	4.764	3.319	5.125	3.635
Passivo fiscal diferido	-	-	(20)	(34)

d) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023	Controladora	Consolidado
2024	704	719
2025	203	219
2026	218	244
2027	339	372
2028	322	357
Mais de 5 anos	3.322	3.596
	5.108	5.507

18. Provisão para demandas judiciais

a) Política contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia e respectivos pagamentos. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável, ou com base no histórico de perdas, no caso de parte das causas trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento que há o julgamento em definitivo das causas.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciários e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Dessa forma, a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculadas com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas por cargos de funcionário ou tipo de causa.

Adicionalmente, para ações coletivas e aquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa, a Companhia analisa o risco individual (de cada ação). Para cada processo, um escritório independente é contratado, analisa os riscos e efetua os cálculos dos valores correspondentes aos riscos aos quais a Companhia está exposta. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e considerando a probabilidade de perda, sendo que, em momentos em que já existam decisões nos autos, o valor provisionado é calculado com base no valor de liquidação.

c) Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis e Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15	2.227	267	2.509
Adições de processos novos e outras adições	3	1.866	64	1.933
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.152)	(69)	(1.221)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(1.306)	(11)	(1.317)
Atualização monetária	9	167	27	203
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27	1.802	278	2.107
Adições de processos novos e outras adições	190	2.641	92	2.923
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.124)	(74)	(1.198)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(3)	(1.552)	(27)	(1.582)
Atualização monetária	23	45	24	92
Saldo em 31 de dezembro de 2023	237	1.812	293	2.342

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			Total
	Tributárias (i)	Trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	60	2.265	268	2.593
Adições de processos novos e outras adições	3	1.908	69	1.980
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.176)	(69)	(1.245)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	-	(1.336)	(12)	(1.348)
Atualização monetária	12	169	27	208
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75	1.830	283	2.188
Adições de processos novos e outras adições	190	2.729	93	3.012
Baixa de provisão por liquidação	-	(1.148)	(80)	(1.228)
Baixa de provisão por êxito e outras baixas	(5)	(1.591)	(27)	(1.623)
Combinação de negócios	13	2	-	15
Atualização monetária	26	50	24	100
Saldo em 31 de dezembro de 2023	299	1.872	293	2.464

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto às multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais processos tributários provisionados referem-se principalmente a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$51 (R\$50 de dezembro de 2022) e DIFAL no montante de R\$236 (R\$14 em 31 de dezembro 2022), tendo sido provisionados com base na avaliação dos advogados externos, que foi corroborada pela Administração.

Em relação ao DIFAL, em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal deu continuidade ao julgamento da matéria "DIFAL Anterioridade", nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7078 e 7070 e, diante do resultado do julgamento, embora ainda não finalizado, a Companhia provisionou o valor de R\$220 em 31 de dezembro de 2023.

Em atendimento ao ofício-circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia efetuou um levantamento dos seus processos e, baseada na opinião de seus consultores legais internos e externos, informa que em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados casos que pudessem representar impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária ocorrida em 08 de fevereiro de 2023. A Companhia continuará monitorando a evolução da matéria em especial os eventuais efeitos advindos de modulação e por eventuais embargos de declaração.

(ii) Trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.872 (R\$1.830 em 31 de dezembro de 2022).

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível, sendo os principais processos relacionados a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão era de R\$28 (R\$41 em 31 de dezembro de 2022);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo, a provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação e momento processual, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos, bem como, a avaliação individual de risco, para determinados processos com características singulares. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da provisão era de R\$265 (R\$242 em 31 de dezembro de 2022).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Passivos contingentes

A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não foram provisionadas, o montante total dessas demandas perfaz o montante de R\$9.044 em 31 de dezembro de 2023 (R\$4.737 em 31 de dezembro de 2022), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

• A Companhia é parte em discussões que tratam de COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais e divergência em valores recolhidos; (ii) discussão acerca da incidência de PIS e COFINS em determinadas transações, tais como: bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de administração de cartões; (iv) discussão decorrente de suposta insuficiência no saldo de prejuízos fiscais compensados; (v) exclusão do ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS; (vi) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$4.963 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.500 em 31 de dezembro de 2022);

• ICMS-ST nas aquisições de mercadorias: discussão acerca da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016. O valor do auto de infração corresponde a R\$318 em 31 de dezembro de 2023 (R\$291 em 31 de dezembro de 2022).

• ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) discussões fiscais acerca de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as Secretarias da Fazenda Estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) discussões decorrentes da apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular; (iv) outras discussões de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$2.164 em 31 de dezembro de 2023 (R\$1.442 em 31 de dezembro de 2022);

• Ágio Mandala: autuações fiscais em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2015 e 2016, referentes ao ágio originado da aquisição do Ponto ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado dos autos de infração corresponde a R\$212 de IRPJ e CSLL em 31 de dezembro de 2023 (R\$193 em 31 de dezembro de 2022).

Cíveis e outros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$133 (R\$198 em 31 de dezembro de 2022).

e) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições, bem como referente a questões previdenciárias, trabalhistas e cíveis, para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Previdenciárias e trabalhistas	262	278	276	292
Tributárias (i)	860	606	863	608
Cíveis e outros	28	24	28	25
	1.150	908	1.167	925

- (i) Com a edição da Emenda Constitucional nº 87/2015 e do Convênio CONFAZ nº 93/2005, os Estados e o Distrito Federal, por meio de leis estaduais, passaram a exigir o Diferencial de Alíquotas de ICMS ("DIFAL") nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto.

Ocorre que, em razão da inconstitucionalidade dessa exigência instituída por leis estaduais, sem lei complementar prévia, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando a cobrança do DIFAL.

Em 24 de fevereiro de 2021, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o Recurso Extraordinário 1.287.019, caso submetido ao regime de repercussão geral, fixou a seguinte tese: "A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais".

Houve a modulação dos efeitos da decisão para a partir do exercício financeiro seguinte à conclusão deste julgamento, ou seja, para o ano de 2022. Contudo, tal modulação não afeta a Companhia, uma vez que as ações judiciais foram ajuizadas anteriormente a data da publicação da Ata do Julgamento.

Com a publicação da Lei Complementar nº 190/22, houve a instituição de uma nova relação jurídica, na medida em que os contribuintes passaram a recolher o ICMS para o estado de destino, no qual está localizado o consumidor final não contribuinte do imposto. Esse ICMS corresponde a diferença entre as alíquotas interestaduais e a interna do estado de destino (DIFAL).

Ocorre que, essa instituição de uma nova relação jurídica (recolhimento do DIFAL para o estado de destino) está condicionada aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal. Em razão disso, considerando que a Lei Complementar nº 190/22 foi publicada em 05 de janeiro de 2022, a Companhia ajuizou ações judiciais questionando que a obrigação de proceder ao recolhimento do DIFAL para os estados apenas pode ser aplicada às operações do exercício financeiro posterior a sua publicação, ou seja, das operações realizadas a partir de 01 de janeiro de 2023.

Apesar do Julgamento realizado pelo STF em Novembro de 2023, cuja decisão determina a aplicação tão somente da anterioridade nonagesimal a partir da data da publicação da Lei Complementar nº 190/22, em virtude da (i) ausência de publicação de acórdão; (ii) pendência de julgamento das omissões e imprecisões através de embargos de declaração e (iii) possibilidade de modulação dos efeitos de decisão, somente após o trânsito em julgado de forma desfavorável aos contribuintes nas ADIs 7066, 7078 e 7070, os processos específicos da Companhia serão encerrados com a reversão dos valores depositados aos fiscos estaduais.

f) Garantias e fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia ofereceu garantias decorrentes de ações previdenciárias e trabalhistas, tributárias e cíveis, conforme demonstrado a seguir:

Ações	31.12.2023
Previdenciárias e trabalhistas	2.619
Tributárias	2.045
Cíveis e outras	356
	5.020

A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2023, fianças bancárias e seguro garantia envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida) e administrativas que totalizam R\$2.737.

As garantias corporativas outorgadas pela CBD em 31 de dezembro de 2023 totalizam R\$216.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Operação de arrendamento mercantil

a) Política contábil

O CPC 06 – Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. A Companhia reconheceu despesas variáveis de arrendamento de R\$20 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2023 (R\$17 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (locação de espaços comerciais, centros de distribuição e demais unidades administrativas). Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento.

Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com o período do contrato.

b) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.273	3.307
Adições e remensurações	322	325
Baixas / Reversões	(63)	(69)
Depreciação	(743)	(747)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.789	2.816
Adições e remensurações	418	420
Baixas / Reversões	(22)	(22)
Depreciação	(649)	(653)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.536	2.561

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Classificação da depreciação do Ativo de direito de uso no resultado do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação do Ativo de direito de uso no Custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Depreciação	135	165	137	169

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de arrendamento

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.152	4.202
Adição e remensurações	323	326
Baixas / Reversões	(120)	(127)
Pagamento de principal	(698)	(702)
Pagamento de juros	(430)	(435)
Juros incorridos	430	435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.657	3.699
Adição e remensurações	418	420
Baixas / Reversões	(31)	(31)
Pagamento de principal	(601)	(605)
Pagamento de juros	(454)	(459)
Juros incorridos	454	459
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.443	3.483
Circulante	601	606
Não circulante	2.842	2.877

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecido no passivo não circulante

Ano	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2025	906	(323)	583	915	(327)	588
2026	813	(250)	563	822	(253)	569
2027	684	(182)	502	693	(185)	508
2028	556	(122)	434	565	(124)	441
2029	425	(74)	351	433	(75)	358
Mais de 5 anos	490	(81)	409	494	(81)	413
Total	3.874	(1.032)	2.842	3.922	(1.045)	2.877

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

Para fins de atendimento das informações requeridas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia informa que os pagamentos de passivos de arrendamento mercantil, geram um direito potencial de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto que em 31 de dezembro de 2023 é de R\$400 na Controladora e R\$405 no Consolidado (R\$433 na Controladora e R\$439 no Consolidado em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos relacionados aos efeitos potenciais de PIS e COFINS.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos por prazo e taxa de desconto

<u>Prazo dos contratos</u>	<u>Taxa média % a.a.</u>	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Até 5 anos	13,19%	12,31%
De 6 a 10 anos	13,63%	13,78%
De 11 a 15 anos	14,44%	11,15%
De 16 a 20 anos	14,34%	19,52%

e) Informações adicionais

Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um *spread* de risco, excluindo-se as garantias oferecidas nas operações de financiamentos.

Os contratos de arrendamento da Companhia têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e para resguardar a representação fidedigna e atender as orientações da CVM em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
<u>Fluxo real</u>				
Passivo de arrendamento	4.871	5.276	4.928	5.340
Juros embutidos	(1.428)	(1.619)	(1.445)	(1.641)
	3.443	3.657	3.483	3.699
<u>Fluxo inflacionado</u>				
Passivo de arrendamento	6.157	6.712	6.230	6.795
Juros embutidos	(1.998)	(2.288)	(2.022)	(2.319)
	4.159	4.424	4.208	4.476

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais, incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante nos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes.

Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Garantias complementares ou estendidas (i)	933	980	933	980
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	1.307	1.285	1.307	1.285
Seguros e serviços (iii)	71	85	71	85
Outros	1	5	83	79
	2.312	2.355	2.394	2.429
Circulante	229	190	244	201
Não circulante	2.083	2.165	2.150	2.228

(i) Garantias complementares ou estendidas

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e vem sendo reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas. Em 23 de fevereiro de 2022, a Companhia celebrou um segundo aditivo ao contrato com novas metas e prazo final de vigência em dezembro de 2038.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 10 de novembro de 2022, a Companhia assinou o Aditivo para renovação do prazo da parceria para oferta de cartões de crédito e outros produtos financeiros ("Aditivo") com o Banco Bradesco S.A e Banco Bradescard S.A ("Bradesco"), na rede de lojas e *websites* operados sob a marca Casas Bahia. O contrato até então vigente, tinha como prazo final o ano de 2029. O Aditivo tem como objetivo principal: (i) fixar novo prazo de vigência da parceria e exclusividade para oferta de cartões de crédito *co-branded* até 10 de novembro de 2032 na rede de lojas e *websites* operados sob a bandeira Casas Bahia; (ii) estabelecer novos pagamentos a serem realizados em virtude do novo prazo acordado para oferta de produtos financeiros com exclusividade, além de estabelecer metas conjuntas para o sucesso da parceria; e (iii) atualizar e estabelecer determinados termos e condições que irão regular as relações futuras no âmbito da parceria inicialmente celebrada. Os valores envolvidos na transação totalizam R\$1.750 e estão divididos em antecipação de comissões no valor de R\$1.400 e prêmio por exploração do balcão ("*signing* bônus") no valor de R\$350, o valor recebido vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas.

(iii) Seguros e serviços

Em 26 de junho de 2018, a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A. para a prestação de serviços de assistência técnica. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$100 para a Companhia, que vem sendo reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas. Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo com a CDF e renegociou o contrato anteriormente celebrado entre as partes. O aditivo tem término previsto para dezembro de 2029.

Em 10 de novembro de 2020, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de parceria para intermediação de prestação de serviços e outras avenças com a USS e MMS, e renegociou os contratos anteriormente celebrados entre as partes. O aditivo tem término previsto para outubro de 2025.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) Estimativa da Administração para realização dos saldos de receitas diferidas classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora	Consolidado
2025	227	242
2026	219	234
2027	219	234
2028	219	234
2029	220	227
Mais de 10 anos	979	979
Total	2.083	2.150

21. Patrimônio Líquido

21.1 Capital Social

Em 12 de setembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital autorizado da Companhia. O aumento do capital social poderá ser feito por meio de deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão e as demais condições de emissão. O capital autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de 3.000.000 milhares de ações ordinárias e sem valor nominal (1.794.000 milhares de ações em 31 de dezembro de 2022).

Em 27 de novembro de 2023, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia sem alteração no capital social. O grupamento foi operacionalizado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos patrimoniais e políticos das ações de emissão da Companhia. As ações foram agrupadas à razão de 25:1 e passaram a ser negociadas dessa forma em 15 de dezembro de 2023.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$5.340 (R\$5.044 em 31 de dezembro de 2022) e estava representado por 95.083 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

	31.12.2023	31.12.2022
Capital social integralizado (i)	5.450	5.138
Gastos com emissão de ações (ii)	(110)	(94)
Capital Social	5.340	5.044

(i) Capital social integralizado refere-se aos investimentos realizados na Companhia pelos seus acionistas.

(ii) Gastos com emissão de ações são valores diretamente atribuíveis às atividades necessárias para a emissão de ações.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

21.2 Ações em tesouraria

A Companhia possui ações em tesouraria para fazer frente aos programas de incentivo de longo prazo e retenção dos principais executivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 possuíam a composição abaixo.

	Quantidade de ações (em milhares)(*)	Valor (em milhões)	Preço Médio (em reais)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92	11	4,62
Adquiridas	640	62	3,95
Alienadas	(8)	1	2,99
Saldo em 31 de dezembro de 2022	724	74	4,03
Alienadas	(504)	(52)	4,03
Saldo em 31 de dezembro de 2023	220	22	4,03

(*) Em função do grupamento de ações ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para melhor comparabilidade, os saldos anteriores de quantidade de ações foram agrupados na proporção de 25:1, para mais detalhes vide nota explicativa nº 21.1.

21.3 Transações de capital

Refere-se as variações decorrentes da mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum.

21.4 Reservas de capital

a) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição do Grupo Casas Bahia por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas do Grupo Casas Bahia.

b) Ágio na subscrição de ações

O ágio na subscrição de ações surge quando a empresa negocia suas ações e o comprador paga um valor por ação maior que o valor patrimonial, e esta diferença positiva deverá ser contabilizada como reservas de capital.

Data da emissão de ações	Ágio na subscrição de ações
15.06.2020	2.227
13.09.2023	311
Total	2.538

c) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

- Saldos dos planos de remuneração baseados em ações (em milhares).

Séries outorgadas	Data da outorga	Valor de Exercício (Em reais) (i)	Saldo em 31.12.2023	Disponível para exercício	Carência a cumprir			
					2024	2025	2026	2027
E	12.09.2019	R\$4,97	665	333	182	50	50	50
Stock option	27.04.2021	R\$10,01	41	-	17	12	12	-
Restricted	27.04.2021	-	41	-	17	12	12	-
Restricted	10.05.2022	-	215	-	53	54	54	54
Especial	10.05.2022	-	140	-	35	35	35	35
Planos liquidáveis em títulos patrimoniais			1.102	333	304	163	163	139
Phantom	12.09.2019	-	5	-	2	3	-	-
Planos liquidáveis em caixa			5	-	2	3	-	-

(i) Valores conforme os contratos na data da outorga.

- Movimentação dos planos de remuneração baseados em ações (em milhares)

	31.12.2022	Outorgas	Exercidas	Canceladas	31.12.2023
Ações (*)	3.302	20	(579)	(1.636)	1.107

(*) Para melhor comparabilidade os saldos anteriores de quantidade de ações foram agrupados na proporção de 25:1, para mais detalhes vide nota explicativa nº 21.1.

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R\$20 (R\$60 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

22. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, marketplace e financeira operacional como crediário e cartões de crédito co-branded. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da Asap Logística são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferte produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços (“ISS”), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada Estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Mercadorias	30.127	31.996	30.179	32.037
Financeira operacional (c)	2.527	2.343	2.534	2.359
Serviços	1.239	1.636	1.341	1.707
Fretes	314	265	378	315
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	34.207	36.240	34.432	36.418
Tributos sobre mercadorias	(5.168)	(5.089)	(5.181)	(5.099)
Tributos sobre financeira operacional (c)	(97)	(92)	(97)	(93)
Tributos sobre serviços	(177)	(223)	(212)	(250)
Tributos sobre fretes	(63)	(56)	(95)	(78)
Tributos sobre faturamento	(5.505)	(5.460)	(5.585)	(5.520)
Receita operacional líquida	28.702	30.780	28.847	30.898

c) Receita financeira operacional

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Credidiário Casas Bahia (i)	2.598	2.194	2.598	2.194
Outras	(71)	149	(64)	165
Receita bruta financeira operacional de devoluções e cancelamentos	2.527	2.343	2.534	2.359
Credidiário Casas Bahia	(75)	(74)	(75)	(74)
Outras	(22)	(18)	(22)	(19)
Tributos sobre operações financeiras operacionais	(97)	(92)	(97)	(93)
Receita financeira operacional – Credidiário Casas Bahia	2.523	2.120	2.523	2.120
Receita financeira operacional (Outras)	(93)	131	(86)	146

(i) Correspondem as vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (Credidiário Casas Bahia), que geralmente são parcelados em até 24 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Juros do Crediário Casas Bahia

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Crediário Casas Bahia	2.598	2.194
Juros a incorrer do Crediário Casas Bahia (nota 6.1)	1.656	1.650
Total de juros do Crediário Casas Bahia	4.254	3.844

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022 (* reapresentado)
Custo com estoques vendidos	18.954	19.762	18.668	19.653
Despesas com pessoal	2.187	2.465	2.876	3.014
Despesa com serviços de terceiros	3.104	3.057	2.870	2.986
Despesas com frete	942	1.048	1.019	1.100
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – Crediário Casas Bahia, líquido de recuperação (PDD)	990	1.029	990	1.029
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – Outras (PDD)	142	15	190	56
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	766	449	805	439
Outras	389	458	438	503
	27.474	28.283	27.856	28.780
Custo de mercadorias e serviços vendidos	20.154	21.010	20.792	21.684
Despesas com vendas	6.018	6.216	5.883	6.160
Despesas gerais e administrativas	1.302	1.057	1.181	936
	27.474	28.283	27.856	28.780

(* Os saldos foram reapresentados devido a reclassificação de despesas com pessoal diretamente relacionados aos serviços prestados de tecnologia e de logística, vide nota explicativa 2.6.

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Despesas com reestruturação (i)	(577)	(208)	(581)	(186)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	(38)	24	(129)	38
Outras (ii)	(535)	55	(552)	46
	(1.150)	(129)	(1.262)	(102)

(i) Saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

(ii) Saldo é composto, principalmente por valores referentes à provisão de ICMS – DIFAL, gastos referentes a baixa de itens considerados obsoletos e/ou sucateados e outros gastos relacionados ao Plano de Transformação da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Resultado financeiro, líquido

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(588)	(556)	(588)	(557)
Repasse para instituições financeiras CDCI (i)	(819)	(626)	(819)	(626)
Juros com fornecedores convênio (nota 13 (ii)) (ii)	(287)	(246)	(287)	(246)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(1.031)	(751)	(1.035)	(763)
Atualizações passivas	(104)	(213)	(117)	(219)
Juros de passivo de arrendamento	(454)	(430)	(459)	(435)
Outras despesas financeiras	(109)	(25)	(112)	(32)
Total de despesas financeiras	(3.392)	(2.847)	(3.417)	(2.878)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	58	38	69	83
Atualizações ativas	271	496	289	518
Antecipação a fornecedores (fornecedores portal - nota 13 (i))	5	22	5	22
Outras receitas financeiras	5	5	13	11
Total de receitas financeiras	339	561	376	634
Resultado financeiro, líquido	(3.053)	(2.286)	(3.041)	(2.244)

(i) As operações de Repasse para instituições financeiras com Interveniência do vendedor ("Credidiário Casas Bahia") correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes (vide nota explicativa nº 14). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Em 31 de dezembro de 2023, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para essa operação era de 18,31% a.a. (Em 31 de dezembro de 2022 a taxa praticada era de 16,86% a.a.).

(ii) Em virtude de acordos comerciais realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas relativas aos juros decorrentes da operação de fornecedor convênio foram compensadas comercialmente.

26. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023**
Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação, excluindo as ações readquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022 (*)</u>
Numerador básico		
Resultado básico alocado e não distribuído	(2.625)	(342)
Total resultado básico alocado e não distribuído	(2.625)	(342)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	72.737	63.213
Resultado básico por ação (em R\$)	(36,09253)	(5,40726)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	-	-
Média ponderada das quantidades de ações	72.737	63.213
Média ponderada diluída das ações	72.737	63.213
Resultado diluído por ação (em R\$)	(36,09253)	(5,40726)

(*) Em função do grupamento de ações ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para melhor comparabilidade, os saldos anteriores de quantidade de ações foram agrupados na proporção de 25:1, para mais detalhes vide nota explicativa nº 21.1.

27. Cobertura de seguros

A Companhia tem como prática, realizar a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos por danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o ativo imobilizado e os estoques. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer em virtude de uma eventual paralisação das atividades ou em decorrência de eventuais acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2023, são consideradas suficientes pela Administração para cobrir possíveis sinistros e podem ser resumidas da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Riscos nomeados	13.727
Lucro	Lucros cessantes	5.499
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	86

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no montante de R\$405.

28. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se ser adequado a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia em segmento único.

29. Eventos subsequentes

Alongamento do perfil da dívida

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 18 de março de 2024, em continuidade ao Plano de Transformação, a Companhia assinou um documento com instituições financeiras contendo termos e condições para o reperfilamento de suas emissões de Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e da 9ª emissão de debêntures da Companhia.

A dívidas reperfiladas somam R\$ 1.519, terão vencimento em 3 anos e custo de CDI + 4% a.a.. A amortização do principal ocorrerá trimestralmente após 18 meses de carência e no 36º mês ocorrerá a amortização de restante da dívida (70%).